

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

NATÁLIA DE ALMEIDA GOMES DA SILVA SIQUEIRA

O ALUNO TRABALHADOR E OS DESAFIOS DE UM ESTÁGIO
SUPERVISIONADO: UNIVERSIDADE UMA QUESTÃO DE PERMANÊNCIA

RIO DE JANEIRO
2021

NATÁLIA DE ALMEIDA GOMES DA SILVA SIQUEIRA

O ALUNO TRABALHADOR E OS DESAFIOS DE UM ESTÁGIO
SUPERVISIONADO: UNIVERSIDADE UMA QUESTÃO DE PERMANÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Luana Siqueira

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois me deu forças para superar os meus medos e as minhas angústias e continuar a creditando que era possível concluir esta formação finalizada com tanta luta e esforços diários entre trabalho e a graduação.

Agradeço a minha família que sempre esteve comigo em toda a minha formação, meus pais e meu irmão no apoio incondicional.

Agradeço ao meu marido por todo o apoio, principalmente o emocional, me dando força diariamente na luta contra os meus medos e minhas dificuldades.

Agradeço ao meu filho, por existir e por me dar cada dia mais força para concluir este trabalho para me fazer de exemplo que a formação de qualidade para um trabalhador é possível.

Agradeço as minhas amigas Amanda Gonçalves, Carolina Boiteux e Fernanda Reigoto, Catarina Modesto e Fernanda Quintas, por me darem força e me apoiarem incondicionalmente no cumprimento desta tarefa de conclusão de curso.

Agradeço também a minha orientadora por não desistir de mim e me apoiar para que todo o meu esforço ao longo de toda a minha jornada acadêmica não tenha sido em vão.

Dedico este trabalho a Deus que me guiou até a finalização deste projeto e a minha família que sempre me apoiou e me deu forças para que eu nunca desistisse de finalizá-lo e realizar meu sonho de formação profissional.

RESUMO

O estágio supervisionado tem um papel muito importante na dinâmica do ensino-aprendizagem e na garantia de uma formação profissional de qualidade. A garantia de qualidade em todo o processo de formação deve acessada por todos os alunos de forma igualitária. O aluno trabalhador o decorrer de todo o seu processo pedagógico se depara com dificuldades e dilemas a serem enfrentados e superados e um dos principais deles é o acesso ao estágio supervisionado dentro do período regular, destinado ao cumprimento do mesmo. O presente trabalho busca apresentar as dificuldades e os processos enfrentados pelo aluno trabalhador no decorrer do seu processo de formação acadêmico.

Palavras-chaves: estágio supervisionado, aluno trabalhador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	11
1.1 Os impactos do neoliberalismo na educação.....	14
1.2 A Estrutura do Estado brasileiro no pós-1964.....	16
1.2.1 O sistema educacional na Ditadura Militar	17
1.3 Neoliberalismos e a Educação.....	18
1.4 Os ditames do Banco Mundial para o sistema educacional dos países em desenvolvimento.....	19
1.5 Prouni, Reuni e dilemas na Educação.....	22
2. ALUNO TRABALHADOR E O ACESSO A UNIVERSIDADE.....	23
3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO CURRICULAR.....	34
3.1 Política Nacional de Estágio – ABEPSS.....	40
3.2 Política Local de Estágio.....	48
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
3 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar uma das dificuldades centrais de alunos (as) trabalhadores da Escola de Serviço Social da UFRJ no acesso a campos de estágios em período regular da sua graduação.

O objetivo é discutir o acesso e as dificuldades enfrentadas pelo aluno (a) trabalhador (a) para conseguir um estágio supervisionado sem ter que optar entre o trabalho e a universidade no período entre 2015 e 2017. O estágio supervisionado é parte fundamental na formação profissional, principalmente do curso de serviço social da UFRJ, que zela pela formação de qualidade e que tem como base a resolução do CEG Nº 12/2008, que em seu art. 11 traz, que o estágio na UFRJ deverá ter carga horária no máximo de 20 horas semanais com um total de 120 horas por semestre.

O sucesso acadêmico, ao contrário, do que idealizamos ao disputar uma vaga em uma Universidade pública, não está garantido. A nossa trajetória revela diferentes adversidades ao longo do percurso acadêmico, tanto para a permanência, quanto para a sua conclusão. A permanência/evasão universitária é influenciada principalmente pelas condições econômicas, portanto a importância da Assistência estudantil. Muitos alunos trabalhadores tentam permanecer, mesmo com jornadas de trabalho exaustivas, com acesso reduzido ao extenso material acadêmico de pesquisa e extensão, pela limitação de tempo dentro da Universidade e assim também influenciando na sua inserção no estágio, por poucas ou quase nulas opções de campos de estágios com vagas nos fins de semana e horário noturno e por fim criando bloqueios de produção acadêmica na conclusão do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

As dificuldades permeiam o universo dos discentes com o perfil trabalhador que precisa lidar com as três diferentes funções de estudo, estágio e trabalho. Muitas vezes essas experiências sofrem grandes prejuízos na qualidade do seu resultado, mas não anula o esforço e o interesse em ser exemplo para outros alunos e alunas com este perfil na luta por melhores condições no acesso e na permanência, com maiores garantias e que independente de qual será o processo, que sempre seja disponibilizado com qualidade, para que estes profissionais se tornem grandes inspirações e que em suas novas conquistas se tornem profissionais intervindo de forma competente sempre na busca do aperfeiçoamento constante.

O estágio supervisionado é uma etapa importante e interfere na qualidade da formação de cada aluno. É um processo de ensino e aprendizado que enriquece tanto a graduação como a futura vida profissional. O exercício da teoria e da prática se inicia neste processo de aprendizado na prática, tendo contato com o cotidiano do profissional e da área que está sendo acompanhada no campo inserido:

(...) O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABPESS, 2010, p. 11)

O futuro assistente social começa a perceber a sua inserção em uma instituição como uma oportunidade de desvelar sobre a realidade do cotidiano profissional. Os medos e anseios que cercam o discente na graduação podem ser superados com a sua inserção na prática. Conforme Guerra e Braga (2009), a modalidade de estágio em nossa profissão está presente desde os debates sobre o assunto, que ocorreu com a primeira versão da lei de regulamentação da profissão em 1952, sendo aprovada em 1957.

O estágio supervisionado é um momento de aprendizagem diante da realidade profissional, superando o abstrato intelectual e colocando em prática o saber no fazer, (SIQUEIRA, 2014) pensar a intervenção profissional, portanto, exige a relação entre teoria-prática no Serviço Social.

Mesmo que a experiência profissional não tenha se dado da forma esperada, no campo pretendido, com as condições adequadas ou tão idealizadas, é apenas neste momento que conseguimos ter uma visão superando essa barreira idealizadora entre a prática e a teoria. A teoria está presente em todos os momentos da sua prática profissional. A prática por sua vez é essencial para um profissional que sabe utilizar-se dela para a reprodução do seu próprio conhecimento. Conforme Forti e Guerra (2009):

Contudo, a prática como atividade efetiva que permita transformação na realidade natural ou social não é uma atividade qualquer, mas atividade que possibilita ao sujeito reflexão sobre sua ação e revelações sobre a realidade - que possibilita decifração das categorias e captação da legalidade dos fenômenos. É uma ação capaz de proporcionar conhecimentos, transformando e qualificando nossas idéias sobre as coisas, e de nos fornecer meios, caso tenhamos intenção de modificá-las.

A presença em um campo de estágio te faz perceber a importância daqueles dois anos obrigatórios de estágio supervisionado. A importância dos supervisores de campo e acadêmico, que são essenciais para a qualidade da sua formação profissional e no acompanhamento da sua experiência de estágio. A Orientação e Treinamento Profissional (OTP) é uma disciplina (SIQUEIRA, 2014) que tem como atribuição a coparticipação na orientação discente durante seu período de estágio.

Os estudos dedicados à área de atuação no momento da inserção no seu campo de estágio fazem parte da dinâmica da reflexão na prática, como pesquisar sobre a Instituição e os temas por ela abordados, as redes de referência e as possibilidades de encaminhamentos dentro de tudo que foi apreendido dos materiais abordados em sala de aula. “Para problematizar e compreender a relação teoria e prática no exercício profissional na cotidianidade, a imediaticidade é apreendida como uma categoria reflexiva e como um elemento da vida cotidiana”, assinala Coelho (2013, p. 84).

O estágio nos permite avançar o nosso campo de visão e nos tornar partes pertencentes de uma prática profissional que reflete sobre as informações transmitidas pela população em cada atendimento. A socialização das informações é essencial para uma prática que contribua sempre com o avanço de uma sociedade democrática.

A sistematização das informações é a melhor forma para compreender o cotidiano profissional e tornar o aprendizado enriquecedor. Através do diário de campo utilizado nos campos de estágio, conseguimos fazer uma leitura profunda sobre a temática e os atendimentos realizados.

Os diários de campo são ferramentas pedagógicas utilizadas pelos estudantes em seus campos de estágio, seguindo a orientação dos seus supervisores acadêmicos, tornando-se eficazes para o avanço do aprendizado cotidiano. “A preocupação com a “sistematização da prática” tornou-se mais familiar e presente entre nós em função de uma das exigências da formação profissional: a elaboração da monografia de conclusão de curso” assinala Almeida (1997, p. 3).

A pesquisa foi baseada em fontes bibliográficas (estudos teóricos) e fontes secundárias de dados (Levantamento de dados sobre alunos sem estágio obrigatório – CEE/UFRJ, 2015). Utilizamos de fontes quantitativas e qualitativas.

As principais produções textuais analisadas foram dos autores Gaudêncio Frigotto, István Mészáros, Yolanda Guerra, Maria Elisa Braga (CEFSS) e Luana Siqueira, que discutem sobre Educação, classe trabalhadora e supervisão de estágio em serviço social, como também foi analisada a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Como fonte de dados utilizamos o relatório desenvolvido pelo CEE/UFRJ (Coordenação de Estágio e Extensão) que teve a finalidade de apresentar a situação de alunos que estão perto de ter o curso integralizado e ainda não estão inseridos em campo de estágio. O documento foi elaborado através de formulários por e-mail e utilizou como multiplicadores da informação os estagiários da própria CEE solicitando o comparecimento na mesma para o preenchimento, com os alunos que ingressaram até 2012.1, estiveram junto comigo na elaboração do formulário o estagiário Vanderson Henrique do Rosário Muniz Barbosa e a estagiaria Agatha Tayllinn Camilo Fortes.

A Coordenação de Estágio e Extensão ESS/UFRJ (Escola de serviço social da UFRJ) criou este formulário de pesquisa para auxiliar discentes que não conseguiram sua inserção em campos de estágio dentro do período regular da graduação. Ele foi utilizado para identificar os problemas enfrentados por estes alunos ao conseguir um estágio supervisionado. Diante destes dados podemos identificar a partir de 2015 o perfil do aluno trabalhador da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Como parte da metodologia serão descritas as minhas experiências dentro do campo de estágio realizado na CEE/UFRJ, por meio da observação participante¹.

Explicitarei a minha tese estruturado em uma divisão de três capítulos, a saber: Primeiro Capítulo “Neoliberalismo e a precarização das políticas sociais”; Segundo capítulo “O aluno trabalhador e acesso a Universidade; Terceiro capítulo “Formação profissional e estágio curricular”.

¹ A observação participante é realizada em contato direto, frequente e prolongada do investigador, com os atores sociais, sendo assim o próprio investigador o instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão e interações entre sujeitos em observação. Para essa pesquisa o investigador terá que adquirir treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica, conforme Correia (2009).

1. O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

As políticas sociais são importantes conquistas da classe trabalhadora, diante de diferentes formas de mobilizações, elas surgem de forma gradual entre os países. O que ajuda a demarcar a emergência de políticas sociais são alguns elementos surgidos no final do século XIX, decorrente da luta de classe trabalhadora. (PIERSON, 1991 apud BEHRING-BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Vale ressaltar que no Brasil tanto o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais sofrem com as marcas históricas em que se desenvolveu o capitalismo. “Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais”. (Behring, Boschetti, 2011, p. 71).

Com a mobilização das lutas sociais e em consequência disso com o aumento no valor da força de trabalho e o desemprego na década de 1960, segundo Antunes (2009), houve declínio no lucro da acumulação de capitais do modelo fordista-keynesiana e assim nos anos 1970 o capitalismo sofreu uma grande queda.

Com a crise deste modelo de produção deu início a uma reorganização do capital e do seu domínio político e ideológico. Para Antunes (2009) a partir do neoliberalismo e sua hegemonia houve o processo de privatização do Estado, o desmantelamento do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos do trabalho. Limitando assim as experiências do *Welfare State*.

O capitalismo criou novas formas de atingir o seu principal objetivo que foi a acumulação de capitais através de novas formas de trabalho precário e com novas atividades, como a regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas públicas.

Hoje, imperam múltiplas formas de prestação de serviços, entre elas várias que se caracterizam por um nível comum de bem mais profundo do que aquele registrado a vinte ou trinta anos atrás. A nova divisão do trabalho cria uma nova composição dos mesmos trabalhadores, distinguidos entre especializados e com maior nível de conhecimento (que ocupam postos de trabalho com alta atividade cognitiva), trabalhadores especializados em atividades técnicas (que ocupam postos de trabalho flexível do tipo executivo) e trabalhadores com pouca especialização, que ocupam os postos de trabalho mais degradantes e servis. Sendo as novas formas de trabalho precárias e sem garantia institucional e social, nos encontramos em uma situação na qual o mal-estar é crescente e na qual a representação

não responde de maneira eficaz às exigências cada vez maiores. (VASAPOLLO, p. 383, 2005)

O neoliberalismo de acordo com Behring (2003) teve sua entrada no Brasil tardiamente e seus primeiros avanços ocorreram no final do governo de Sarney que permaneceu no governo de Fernando Collor em 1989. Um governo que teve como principais pontos tratar com eficiência a dívida externa e baixar a inflação. O Plano Collor levou o Brasil a um período de recessão, já no Plano Collor II foi baseado em privatizações abertura comercial e contenção nos gastos públicos.

Sua intervenção de maior fôlego e largo prazo foi a implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma neoliberal no país. (BEHRING, 2003, p. 151)

De acordo com Behring (2003), houve um processo de contrarreforma no Brasil, a partir dos ideais neoliberais impedindo a consolidação de diversos preceitos progressistas na Constituição de 1988.

A experiência do Welfare State é influenciada pelo *Plano Beveridge* na Inglaterra, que segundo Behring, Boschetti (2011), “propunha uma nova lógica para a organização das políticas sociais, a partir da crítica aos seguros sociais bismarckianos”.

Os princípios que estruturam o Welfare State, segundo o autor , são aqueles apontados no *Plano Beveridge*: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado o nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 94).

As políticas sociais sofrem com as consequências do neoliberalismo, pois gera o aumento do desemprego, limitação de gastos destinados aos serviços públicos, flexibilização de direitos e a privatização dos serviços e assim trazendo perda de direitos históricos obtidos diante da luta dos trabalhadores.

(...) por maior agravamento das condições sociais, com maiores índices de violência urbana, desagregação familiar, instabilidade e precariedade de renda. Tudo indica que as causas do desemprego estrutural no Brasil ultrapassaram a justificativa da capacitação profissional para a nova indústria competitiva, o grande argumento governamental. De outro lado, as

políticas de geração de emprego têm passado pela flexibilização e desregulamentação dos contratos, a partir de iniciativas como a instituição do contrato parcial de trabalho. (BEHRING, 2003, p. 164)

As políticas de assistência social, educação e saúde que são serviços destinados à proteção social tem gestão feita juntamente com a iniciativa privada e por sua vez também pelo terceiro setor. Este acaba tendo como característica uma suposta substituição da política pública reforçando práticas de favor e clientelismo que Yazbek (1993) apontou como “refilantropização da assistência social”

O governo Collor também teve um tratamento direcionado as expressões da “questão social” com práticas assistencialistas, segundo Behring (2003) ao vetar a regulação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e colocando a “primeira dama” a frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Com as mudanças advindas segundo Behring (2008) do “Plano Real e a recomposição burguesa” houve perdas de direitos para aqueles que se utilizam das diferentes políticas públicas, com deslocamento dos recursos financeiros para pagamento de dívida externa, além de outros investimentos que não foram destinados a área social gerando consequências prejudiciais à seguridade social.

Com uma arrecadação positiva pela Seguridade Social de acordo com Behring (2003) através de estudos realizados no início dos anos 2000 por auditores da Previdência Social, porem os seus recursos foram aplicados para outros fins e não direcionados a areal social prejudicando a execução e implementação de políticas. As reformas permitem uma fragilidade ao país na área social ao se deparar com tantas perdas de direitos e com um estado com programas cada vez mais minimalistas e focalizados, como aponta Netto (2008).

Segundo Soares (2005) o Brasil tardiamente tentou aplicar um Estado de Bem-Estar Social, porem sofreu um impacto com os a chegada dos ideários liberais privilegiando os interesses da burguesia e assim reduzindo direitos sociais.

(...) A política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo. (BEHRING, 2003, p. 248 apud KLIKSBURG, 1995, p. 35 apud LANDER, 1999, p. 466)

A precarização traz consequências na execução dos serviços ao usuário que tem limitado a ação dos profissionais como o dos assistentes sociais no atendimento as demandas advindas do compromisso na garantia dos direitos e prejudicando a efetivação da ação profissional na vida dos usuários. Como apontam Prêdes e

Cavalcante (2010), “as funções assumidas nesse contexto, dadas as suas condições objetivas e subjetivas, comprometem o resultado da ação profissional sobre a vida dos sujeitos”.

A ideologia neoliberal manipula a informação e altera conceitos utilizando-se de termos como “solidariedade” e “partilha dos bens do mundo” em nome da acumulação do capital, Frigotto apud Veríssimo (2001).

O ideário de flexibilização, desregulamentação e descentralização, dentro deste ordenamento do capital, é um ex-post ou a expressão do imperialismo simbólico legitimador desta destruição e violência. Trata-se de uma cuidadosa elaboração super-estrutural e ideológica da forma de representar, falsear e cimentar a visão unidimensional do capital sobre a realidade econômica, psicossocial, política e cultural. O plano da dominação cultural, como mostra Jameson (2001), é atualmente o terreno mais fecundo desta disseminação ideológica. (FRIGOTTO, CIAVATTA, p.51, 2003)

1.1 Os impactos do neoliberalismo na educação

A educação dentro de uma sociedade capitalista para a classe trabalhadora muitas vezes se torna um privilégio. No interior do nosso país, jovens abandonam os estudos muito cedo, pois estas famílias, em sua maioria, de trabalhadores rurais não visam os estudos como parte essencial da vida e para a sua ascensão financeira. E devido esta condição financeira familiar restrita, esses jovens são levados a ajudar no sustento da família e se privando de crescimento intelectual e cultural para avançar na resistência deste modelo que só aumenta a desigualdade social.

(...) a educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação. Portanto, pode representar um fator de difusão da ignorância e do atraso cultural. Com esses mecanismos e um sistema escolar injusto e inócuo, há reprodução do sistema de desigualdade, da concentração da riqueza, de poder e de dominação. Essa a função do nosso sistema tal qual (Fernandes, 1989).

De acordo com Vasconcelos (2010), a origem do ensino superior no Brasil se iniciou com a vinda da família Real em 1808 e foi voltada para atender os filhos da aristocracia colonial. Mesmo com a Proclamação da República no século XIX e com a Constituição de 1891 omite-se a responsabilidade do Estado com ensino superior. Em meados da década de 1920 é criada a primeira Universidade do Brasil (UFRJ).

Devido grande urbanização e da industrialização começa uma ação planejada com o objetivo de organizar a Educação Nacional, visando gerar uma autonomia

didática e administrativa fomentando a pesquisa e a cultura em benefício da sociedade.

Em 1930 o Estado passa a reconhecer a Educação como direito público e nas décadas de 1950 e 1970 são criadas as universidades federais em todos os estados brasileiros, incluindo as universidades estaduais, municipais e particulares.

Com a pressão da concentração urbana e as lutas para melhores formações de mão de obra industrial, forçaram o Estado a ampliar a criação de novos cursos e assim desencadeou no grande número de matrículas em 1970.

Ainda segundo Vasconcelos (2010), nos anos de 1980 as universidades se ampliaram e se transformaram. Firmaram-se como instituições de pesquisa e expandiram a pós-graduação, entretanto permaneceram controladas burocraticamente pelo Regime Militar à época.

De acordo com Chauí (2003), em 1990 com a reforma administrativa do Estado que foi baseada nos ditames neoliberais, que designou alguns setores como não exclusivos do Estado e nele colocou a cultura, saúde e a educação. Estes deixaram de ser concebidos como direitos e assaram a ser considerados como um serviço que pode ser privado ou privatizado. Para a autora a reforma do Estado definiu a Universidade como uma “organização social” e não como uma “instituição social”:

(...) A instituição social aspira à universalidade. Já a organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Logo, a instituição tem como princípio e sua referência normativa e valorativa a sociedade, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUÍ, 2003)

Segundo Chauí (2003), a Universidade publica como organização social, produz um conhecimento destinado à apropriação privada, “a ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital”:

A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República, ou seja, o fundo público ou riqueza pública, investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital, mas para assegurar a concreticidade dos direitos sociais. (CHAUÍ, 2003).

Chauí (2003) propõe a defesa, sob uma perspectiva crítica, de uma Universidade com autonomia e que seja uma expressão social e política da sociedade.

1.2 A Estrutura do Estado brasileiro no pós-1964

O ensino superior brasileiro e os Ensinos Fundamental e Médio sofreram grandes impactos ao longo dos anos, de reestruturação e adequação ao sistema capitalista. Um período importante de mudanças nesses espaços foi a partir de 1964 na Ditadura Militar e também com os ditames neoliberais incorporados em 1990 pelos governos democráticos brasileiros.

Nos dois momentos citados, tivemos como instrumento importante para a expansão do capitalismo em nosso país, o Estado. Ele será o gestor e facilitador que irá contribuir com as classes dominantes para a adequação do Brasil ao capitalismo.

Segundo Fernandes(1989) em nosso país, temos como peculiaridade de nossa sociedade a heteronomia e a exclusão, assim são feitas as transformações “pelo alto”, sem a participação das classes populares.

Netto(2011) em seus estudos sobre o Serviço Social e a Ditadura Militar ressaltou que a estrutura que o Estado assume após o golpe de abril de 1964 se baseia em um novo arranjo político social e econômico para a manutenção e continuidade do sistema capitalista:

O que importa acentuar, nesta funcionalidade econômica e política do Estado emergente depois do golpe de abril, é que ela determinava, simultaneamente, as suas bases sociais de apoio e recusa. Nas condições dadas, promover a heteronomia implicava levar adiante a exclusão política – inclusive, para além das classes subalternas, a de setores da própria coalizão vitoriosa. (NETTO, 2011, P. 29)

Com isso, Netto(2011) aponta que o Estado assume uma “dupla funcionalidade, ele é antinacional e antidemocrático”:

(...) Elas instauraram o perfil e a estrutura econômico-social do Brasil legados pela ditadura: a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica

das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais.
(NETTO, 2011, P. 32)

1.2.1 O sistema educacional na Ditadura Militar

Segundo Netto, a demanda por educação aumenta significativamente em meados dos anos de 1950 e está relacionado com o desenvolvimento da “industrialização pesada”.

Netto(2011) afirma que a Ditadura Militar voltou o sistema educacional, tanto o ensino médio, supletivo e superior em função do modelo econômico capitalista. O regime submeteu o ensino superior aos interesses do capital, reduzindo o acesso à graduação e limitando os recursos para as universidades públicas, introduzindo a lógica empresarial nas universidades:

(...)conduzindo a vida acadêmica a um patamar antes desconhecido de burocratização, teve por efeito uma racionalização segmentar que derivou numa irracionalidade global. Aqui, a política educacional da ditadura lavrou uma perspectiva de contenção: as medidas racionalizadoras impostas com a reforma universitária(departmentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação). (NETTO, 2011, P. 62)

Essas medidas proporcionaram economia de recursos ao Estado e deram início a um processo de exclusão dentro do ensino superior. Os recursos poupados foram liberados para os investimentos dos monopólios privados, ou seja, foi o *boom* da instalação de universidades privadas no Brasil:

(...) assim a chamada livre iniciativa encontrou aí um dos seus vários paraísos, estabelecendo as suas universidades – o que não impediu, por vários canais, que nelas fossem injetados vultuosos recursos públicos -, preferencialmente frequentadas (e pagas) por alunos oriundos e/ou situados dos/nos níveis socioeconômicos inferiores (para os efeitos das universidades privadas e seus cursos “fáceis”. (NETTO apud FREITAG, p. 62 - 63)

Com isso, Netto (2011) ressalta que a mudança mais significativa da ditadura para a política educacional foi “a acentuada degradação da rede pública, paralela a

uma inédita escalada privatizante”. Porém, o autor chama a atenção que a autocracia burguesa não obteve a plena manipulação do sistema educacional, tanto que a resistência democrática e o movimento popular, mesmo abafado, conseguiram posteriormente concretizar uma ofensiva:

(...) a política educacional da ditadura não impediu nunca que a resistência democrática conservasse áreas sob sua influência, mesmo que extremamente restritas, nem jamais obteve sucesso no seu esforço para conquistar, nesse terreno, um patamar mínimo de legitimação e consenso ativo. (NETTO, 2011, P. 64 , 65)

Netto (2011) defende que o sucesso do reajustamento no sistema educacional no período ditatorial reside na “neutralização” dos movimentos democráticos naquele momento e no “esvaziamento da universidade”, ou seja, ocorreu a deterioração da produção intelectual e crítica social:

...) perdeu o dinamismo crítico (e,pois, criativo) que só lhe garante o rebatimento, no seu interior, das tensões entre distintos projetos societários, e conseqüentemente viu exauridos os seus processos específicos e particulares de elaboração produtiva. Nela, hipertrofiou-se o procedimento reprodutivo, com decorrência inevitável da degradação do seu padrão de trabalho intelectual. Com a efetiva supressão de qualquer laivo autônomo significativo, veio a perda, entre outras implicações, de incidências expressivas na vida nacional. (NETTO, 2011, P. 65)

Uma universidade que prepara profissionais para atender à lógica formal burocrática foi um dos frutos da ditadura militar para os dias atuais.

1.3 Neoliberalismos e a Educação

O neoliberalismo atendendo as expectativas da elite capitalista trouxe uma reforma necessária e conservadora, aprofundando os problemas inerentes deste sistema:

A recusa reformista em dirigir-se às contradições do *sistema* existente, em nome da legitimidade assumida de lidar *apenas com as manifestações particulares* – ou nas suas variações pós-modernas, rejeição apriorística das chamadas “*grandes narrativas*” em nome de “*petis récits*” idealizados arbitrariamente – é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar sem uma análise adequada a possibilidade de qualquer sistema rival, e uma forma igualmente apriorística de *eternizar* o sistema capitalista. (MESZAROS, 2018, p.13).

A Política econômica tem grande influencia no destino das demais políticas e diante de um sistema que prioriza impulsionar o crescimento econômico, as políticas sociais são diretamente afetadas e negligenciadas e a educação tem grande importância neste contexto:

(...) Portanto o papel da educação é de importância vital desde o início para quebrar a interiorização prevalecente das escolhas políticas confinadas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista nos seus próprios interesses. Pois também está “contra-interiorização” (ou contra-consciência) exige a antecipação dos contornos positivos abrangentes de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, muito para além da expropriação do poder de tomar todas as decisões fundamentais há muito estabelecidas, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos através de políticas como a forma de alienação por excelência na ordem vigente. (MESZAROS, 2008, p. 13)

A Classe trabalhadora por ceder às ideias neoliberais se prejudica diante da alienação da sua própria situação. Como bem disse Meszaros (2008), dois conceitos-chaves que devem ser mantidos sob a nossa atenção: *a universalização da educação e a universalização do trabalho como uma atividade humana auto-satisfatória.*

Meszaros (2008), afirma que vivemos numa ordem social na qual mesmo os requisitos mínimos da realização humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria da humanidade. As desigualdades sociais são vistas em diversos setores da nossa sociedade e uma dessas é o acesso a educação. Este que deveria ser acessível a todos para que o alcance dos objetivos maiores seja real e não apenas idealizados.

1.4 Os ditames do Banco Mundial para o sistema educacional dos países em desenvolvimento

É fato que os ditames neoliberais trouxeram mudanças expressivas para a estrutura dos Estados e políticas sociais a nível mundial. E essas mudanças foram ainda mais profundas nos países de capitalismo periférico.

O autor Roberto Leher(1999) em suas produções, chama a atenção não só para a nova sociabilidade erguida pelo neoliberalismo, como também enfatiza o poder e o controle exercido pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial sobre os países periféricos, em relação as políticas econômicas e sociais.

Porém, para nossos estudos, vamos colocar aqui, a influência desses órgãos para a política de educação.

Segundo Leher(1999), o Banco Mundial ao pensar em educação, a pensa como um instrumento importante para segurança contra o avanço das ideologias comunistas e socialistas. Esse pensamento data do período da Guerra Fria. A educação é vista como estratégia de dominação através de intercambio de universidade norte-americana para a América Latina:

(...)na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”. 2 No que concerne à universidade, face ao convenientemente proclamado risco da proliferação “da doutrina marxista no sistema educacional e no pensamento econômico da América Latina”,3 o controle, prossegue Berle, terá de ser clandestino, por meio de instituições privadas (Fundação Ford, Rockefeller, Olin, etc.) e por intercâmbio de universidades dos Estados Unidos, especialmente Georgetown, Los Angeles, Berkeley, Columbia e Stanford. Toda esta engenharia social tem como meta evitar a influência comunista e o surgimento de uma nova Cuba na região. O presidente da Fundação Ford, McGeorge Bundy, nos anos 50 e 60, orgulhava-se de que a Ford era mais ágil do que o governo na identificação e solução dos problemas colocados diante dos Estados Unidos. (LEHER, 1999, P. 20)

Leher(1999) afirma que as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para que o Banco Mundial se tornasse “o maior captador não soberano de recursos financeiros”. O banco reformulou suas diretrizes e critérios e se tornou uma das maiores referências em desenvolvimento e por isso passou a ter maior controle sobre os países que solicitam empréstimos.

A crise estrutural do capitalismo em 1970 acarretou uma maior dependência dos países que já tinham realizado empréstimos com o Banco Mundial, o que ficou conhecida como a crise da dívida de 1982:

O Banco abraçou o ideário neoliberal e, diante da vulnerabilidade dos países endividados, impôs drásticas reformas liberais (ajuste e reforma estruturais). Esta crise colocou o Banco mundial diante de novos desafios, propiciando condições excepcionais para o exercício de seu poder. No contexto da crise estrutural o Banco pôde impor condicionalidades com uma abrangência inédita. (LEHER, 1999, P. 23)

Essa crise tornou os países latino americanos dependentes e com muitas dividas para o FMI e do Banco Mundial. Como uma das condicionalidades para a renegociação da dívida esses organismos internacionais, compelidos das ideologias neoliberais, praticamente obrigaram os países latino americanos ao realizar o “ajuste

estrutural”: liberar o mecanismo de mercado e fortalecer o seu papel no desenvolvimento econômico”:

(...) O setor privado deveria ser o motor do crescimento com o governo desempenhando um papel de apoio a ele. O crescimento (e não mais o desenvolvimento) econômico seria o principal meio pelo qual a pobreza seria aliviada”. (LEHER, 1999, P. 24)

Leher(1999) ressalta que os países que resistiram às imposições neoliberais em 1980 tiveram que se submeter às novas regras. Esse foi o caso do Brasil nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990. Com isso, as propostas do Banco Mundial para o sistema educacional foram colocadas em prática:

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre. (LEHER, 1999, P. 25)

Segundo Leher(1999), as orientações do Banco Mundial para o sistema superior de ensino seria que a produção de conhecimento deveria ser centralizada nos países desenvolvidos como Estados Unidos e os países periféricos ficariam relegados a poucos polos de excelência, que seriam capazes:

(...)capazes de adequar os pacotes tecnológicos à realidade local e, também, para formar parte da elite dirigente e produzir conhecimento necessário ao controle social, o que já está acontecendo em alguns centros universitários. (LEHER, 1999, P. 27)

As orientações do Banco Mundial são voltadas para a criação de universidades por área do conhecimento, como por exemplo, segundo Leher(1999), aconteceu com os Cefets, que foram transformados em universidades especializadas e como já ocorre nas universidades privadas. Como também, solicita a reformulação da autonomia universitária baseada no neoliberalismo, ou seja, o fim da intervenção do Estado nas instituições universitárias públicas, de acordo com o ex-ministro brasileiro de Educação Paulo Renato de Souza:

(...) A ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias (...) hoje este modelo está em agonia terminal”. A ideologia da globalização (com a aceitação passiva da desconexão forçada) fornece ao ministro argumentos para sustentar que “o acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* que necessitam. A terceirização das

universidades, como fez a Coréia, faz mais sentido do ponto de vista econômico”, enfatiza o ministro. (LEHER, 1999, P. 29)

Leher(1999) ressalta que as reformas que vem ocorrendo no setor educacional brasileiro também está ocorrendo no mundo inteiro sob as orientações capitalistas e de seus protetores: o Banco Mundial, FMI e os Estados Nacionais. Na política de educação o neoliberalismo criou uma espécie de “apartheid educacional planetário”.

1.5 Prouni, Reuni e dilemas na Educação

O acesso ao ensino superior por grande parte da população, principalmente a pauperizada sempre foi uma realidade reduzida diante das desigualdades e das questões sociais. Diante de um crescimento econômico Leher (2013) ressalta que a classe média teve motivação em investir em cursinhos pré-vestibulares para garantir o acesso de seus filhos ao ensino superior.

O governo ao se deparar com o crescente de estudantes aprovados, porém sem vaga em instituições pública, recorre à criação do Programa Universidade para todos como opção para atender esta parcela de estudantes que não conseguiu acesso ao ensino superior público. Este projeto beneficia muitos estudantes e garante o direito a educação superior. Porém, de acordo com Leher (2013) o problema é que tal política destrói qualquer projeto democrático de nação. A opção pelo setor privado leva ao encolhimento do setor público.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni – nº 6.096, 24/4/07), trará para educação superior um grande impacto, que poderá mudar as estruturas atuais dessas instituições.

O programa prevê, em linhas gerais, a quase duplicação do número de estudantes de graduação, mas de uma graduação minimalista, própria do capitalismo dependente. Isso sem recursos relevantes, sem garantir a assistência estudantil e a garantia de recursos estatais para a manutenção e desenvolvimento da ampliação das IFES. Os recursos somente serão liberados a partir do atingimento das referidas metas, na melhor tradição bancista mundialista. (LEHER, 2007)

A educação superior se depara com dilemas de precarização contínuo, com justificativas de acesso com igualdade, porém sem a garantia de qualidade, diante

da ampliação de vagas, porém sem a ampliação de recursos e de contratação de docentes para atender com qualidade os alunos ingressantes.

O Sindicato chama a atenção para a razão de 18/1 (estudantes/professor) que, segundo as estatísticas do próprio MEC é o que se verifica, em média, nas lotadas classes do ensino médio no país. Isso permitiria quase uma duplicação de ingressos, mas sem contratação de docentes. O aumento da taxa de conclusão média, dos atuais 60% para 90%, levaria à triplicação dos egressos sem investimentos adicionais. Para cumprir essas metas com o financiamento proposto, a reestruturação proposta pelo governo terá que se valer de um modelo de ciclo básico polivalente, no estilo da “Universidade Nova” proposta pelos reitores. (Jornal da ADUFRJ, 2007)

2. O ALUNO TRABALHADOR E O ACESSO A UNIVERSIDADE

Durante o período realizado de estágio e ao decorrer da graduação, conclui que a formação acadêmica em uma Universidade pública e gratuita é um desafio para um trabalhador, que se depara com obstáculos durante toda a sua formação, no seu dia a dia acadêmico, até a sua conclusão.

Enquanto classe trabalhadora ocupando um lugar que também é seu por direito, torna-se um privilegiado, diante de uma sociedade capitalista que para permanecer em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade dependendo do lugar que você ocupa no meio de produção capitalista, é necessário fazer escolhas. Segundo, Lenin apud Mattos (2007).

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social. (LENIN, s.d., p. 504).

A classe trabalhadora enfrenta as exigências do mercado de trabalho no contínuo crescimento profissional e individual, ao mesmo tempo em que impõe limites para este crescimento, com jornadas extensivas de trabalho e inflexibilidades de horários que dificultam este trabalhador na busca do seu crescimento individual.

Sob as condições da escravidão ou da servidão feudal, isto é, naturalmente, um problema bastante diferente daquele que se deve prevalecer sob o capitalismo, mesmo quando os indivíduos trabalhadores formalmente não são de todo, ou não são muito pouco, educados no sentido formal do termo. Todavia, ao interiorizarem as pressões exteriores omnipresentes, eles têm de adotar as perspectivas globais da sociedade de consumo como os

limites individuais inquestionáveis das suas próprias aspirações. (MESZAROS, 2002 p. 8).

A dificuldade encontrada pelos alunos trabalhadores do serviço social da UFRJ em conseguir uma vaga de estágio em período e horários que conciliem com o seu trabalho traz o aumento da formação tardia de alunos na graduação. Nesta trajetória muitos desistem ou veem o seu curso se integralizar e o prazo de permanência acabando. Diante de tantas demandas sobre estágios que atendam ao perfil destes alunos é necessário uma atenção maior e um grande empenho dos envolvidos em garantir a estes alunos o direito de concluir a sua graduação com acesso ao estágio.

A Universidade pública e gratuita não foi idealizada para alunos (as) que possuem duplas jornadas, onde precisa atender as suas necessidades básicas através do mercado de trabalho, mas que ao mesmo tempo para se manter nele precisa buscar o conhecimento contínuo seguindo as exigências de mercado. E este é um dos grandes dilemas a serem enfrentados e superados.

Esperar da sociedade mercantilizada a promulgação activa – ou mesmo a mera tolerância – de um mandato as suas instituições de educação formal que as convidasse abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo: ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. (MESZAROS, 2002 p. 8)

A Universidade pública tem como um de seus princípios “igualdade de condições para o acesso e permanência discente na instituição” (art. 3º Lei orgânica das universidades públicas federais) e assim garantir o acesso de forma igualitária, e uma dessas conquistas, foi à criação do curso noturno e assistência estudantil. É obrigação de a Universidade buscar alternativas que garantam o acesso de todos os alunos e no tempo certo ao estágio supervisionado.

Muitos alunos universitários dependem do auxílio da renda familiar para permanecer estudando e até mesmo se inserir em uma Universidade. Diante dos ditames neoliberais do Governo Bolsonaro para a área da educação, haverá cortes de verbas para o Ministério da Educação (MEC) cai de 122 bilhões para 101 bilhões em comparação com o ano de 2019, segundo divulgação do próprio Ministério, segundo site do guia do estudante, 2019.

De acordo com o site Guia do estudante, os impactos na educação também estão sendo direcionadas as bolsas universitárias. O governo prevê cortes ainda maiores em 2020 em comparação ao do ano passado, 18% menor. A previsão para

2020 e que a UFRJ tenha mais de 24% da sua verba reduzida em relação ao ano de 2019.

De acordo com pesquisa do IBGE divulgada pela Carta Capital, no ano de 2019, a lenda em que os idosos passam a ser dependente da família ao final da vida não vem se tornando realidade para os brasileiros. Desde a década de 1990, o número de famílias chefiadas por maiores de 60 anos só aumenta. Conforme o prolongamento da expectativa de vida, os idosos no Brasil melhoraram a qualidade de vida, passaram a trabalhar mais e ter maior autonomia financeira.

O IBGE em 2019 contou 9,9 milhões de idosos responsáveis pelo sustento das famílias, aumento de 40% na virada do século XXI em relação a 1991, já em 2015 chegou a 17 milhões os idosos provedores. Segundo o jornal Estadão de São Paulo, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em setembro de 2019, dados divulgados pelo IBGE. Em tempos de trabalhos informais e elevados índices de desemprego, os idosos readquirem a responsabilidade no sustento da família com a sua renda oriunda das aposentadorias e pensões.

Analisando-se as características dos componentes das famílias de baixa renda, observa-se que, diante das transformações estruturais no processo de produção e do cenário conjuntural da economia brasileira, aqueles com idade ativa não apresentam os pré-requisitos necessários para se inserirem de forma digna no mundo do trabalho. Dessa forma, o estudo da composição da renda das famílias mais pobres mostra que a renda dos inativos – aposentados e pensionistas – é fundamental para retirar tais famílias do limite da linha de pobreza. (DEDECCA, ROSANDISKI, BARBIERI, JUNGBLUTH, 2006)

O aluno trabalhador diante de uma rotina acirrada de demandas trabalhistas e acadêmicas tende a aderir um discurso que, a melhor opção para superar as dificuldades enfrentadas, seria a diminuição do tempo de curso e de estágio. A classe trabalhadora, frente às dificuldades, tende a comprar o discurso do *facilismo*, se envolve em um projeto de precarização (SIQUEIRA, 2014).

O horário noturno dentro das universidades oferece a oportunidade aos trabalhadores ingressarem na graduação. A busca sempre será pela qualificação contínua, pois é também a exigência do mercado de trabalho. A educação tem um discurso voltado para a meritocracia, assim os trabalhadores tem acesso e se mantem por mérito.

No senso comum e dentro da vulgata neoliberal, hoje, trabalho e trabalhador produtivos estão profundamente permeados pela idéia de que é

aquele que faz, produz mais rapidamente, tem qualidade ou é mais competente. O fulcro central das visões apologéticas de produtividade e de trabalho produtivo resulta na ideia de que cada trabalhador é socialmente remunerado ou socialmente valorizado para manter-se empregado ou não, de acordo com sua produtividade, vale dizer, de acordo com a sua efetiva contribuição para a sociedade. Ou seja, o que o trabalhador ganha corresponde ao que contribui, e o que cada um tem em termos de riqueza depende de seu mérito, de seu esforço. (FRIGOTO, CIAVATTA, p.50, 2003)

O grande dilema encontrado pelos alunos é a dificuldade em conseguir uma vaga de estágio, principalmente o aluno trabalhador. Em meio a tantas dificuldades que os alunos enfrentam por não encontrar estágios com bolsas ou até algum tipo de benefício como vale-transporte ou adequação ao campo, os alunos trabalhadores se deparam com a falta de campos de estágio no horário noturno ou em finais de semana.

Em uma pesquisa realizada pela Coordenação e Estágio e Extensão da Ess/UFRJ através de um formulário preenchido por estudantes que ingressaram até 2012.1, com um total de 33 alunos, encontramos alguns questionamentos. Ao criar a pesquisa o nosso grupo de estagiários buscava respostas diante da grande dificuldade de alunos a não se inserir em campo de estágio dentro do período indicado e em sua maioria alunos perto de ter seu curso integralizado.

Na sua maioria nos deparamos com muitos questionamentos diante dos resultados da pesquisa. Dentre os 33 alunos eu responderam à pesquisa há 2 alunos que não cursaram a disciplina de ética profissional, portanto não estão aptos a se inserir em campos de estágio, o que entra em desacordo com a Política Nacional de Estágio, que diz:

(...) Assim, somente tendo cumprido as disciplinas de fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio.”

Gráfico 1 - Realidade dos alunos que responderam à pesquisa de alunos sem estágio.

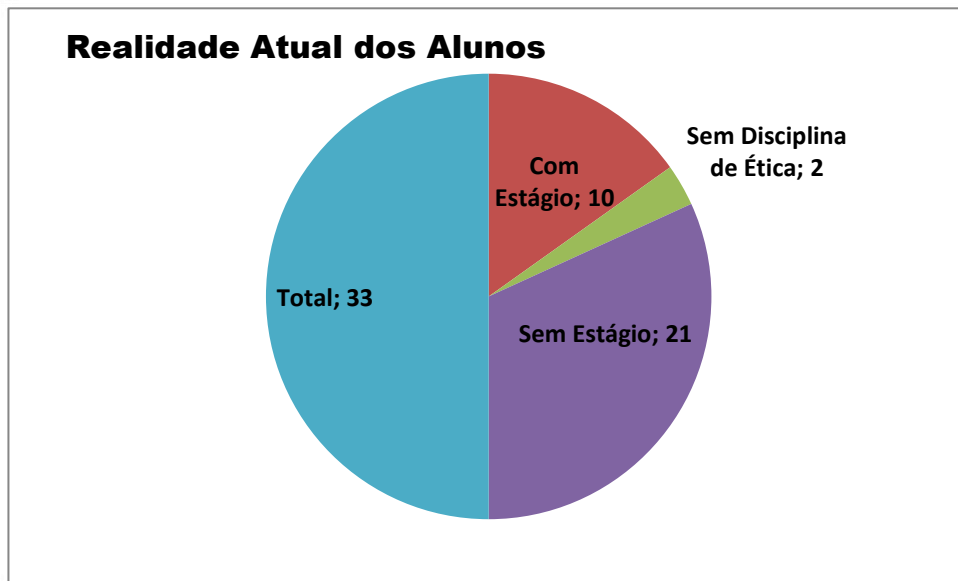


Tabela 1 – Realidade dos alunos que responderam a pesquisa de alunos sem estágio.

REALIDADE DOS ALUNOS	
Com Estágio	10
Sem Disciplina de Ética	2
Sem Estágio	21
Total	33

O campo de estágio, que são instituições onde assistentes sociais possuem um vínculo empregatício, tem o seu funcionamento em grande parte durante os dias de semana e no horário diurno. Alguns em sistema de plantão funcionam aos finais de semana, como os Hospitais.

Mesmo diante desta realidade encontramos em nossa pesquisa para nossa surpresa, dados que nos fez questionar real motivo da dificuldade destes alunos para sua inserção em campos de estágio.

Gráfico 2 - Disponibilidade de alunos sem estágio da ESS/UFRJ

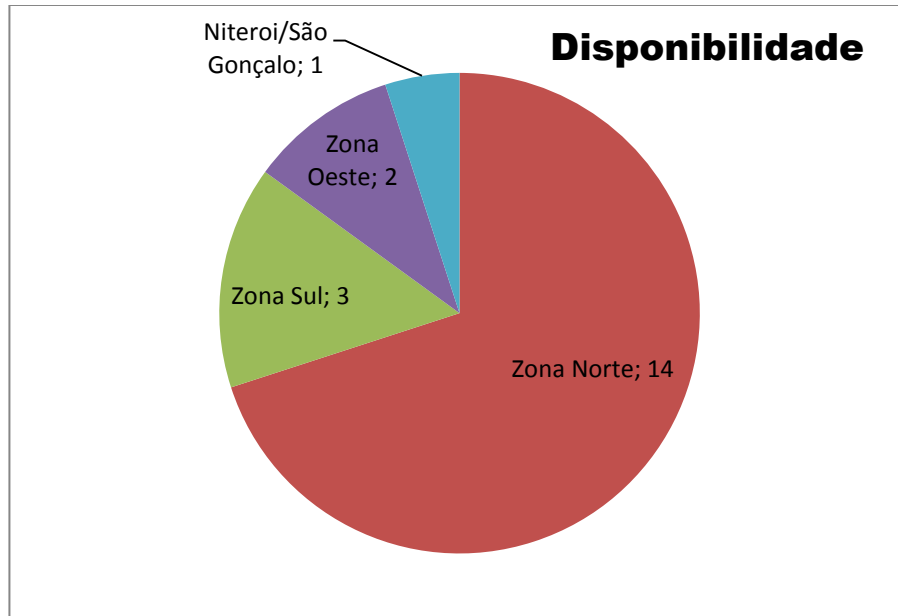


Tabela 2 – Disponibilidade de alunos sem estágio da ESS/UFRJ

DISPONIBILIDADE	
Dias de semana	14
Noturno	1
Final de semana	3
Final de semana e Noturno	3

Diante de tantos alunos com dificuldade ao se inserir em estágio, nos deparamos com outra realidade em nossa pesquisa, pois a maioria possui disponibilidade durante a semana. Dentro de um universo de possibilidade para responder a estes dados apresentados, tentamos analisar através dos outros dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Regiões de moradia de alunos sem estágio da ESS/UFRJ

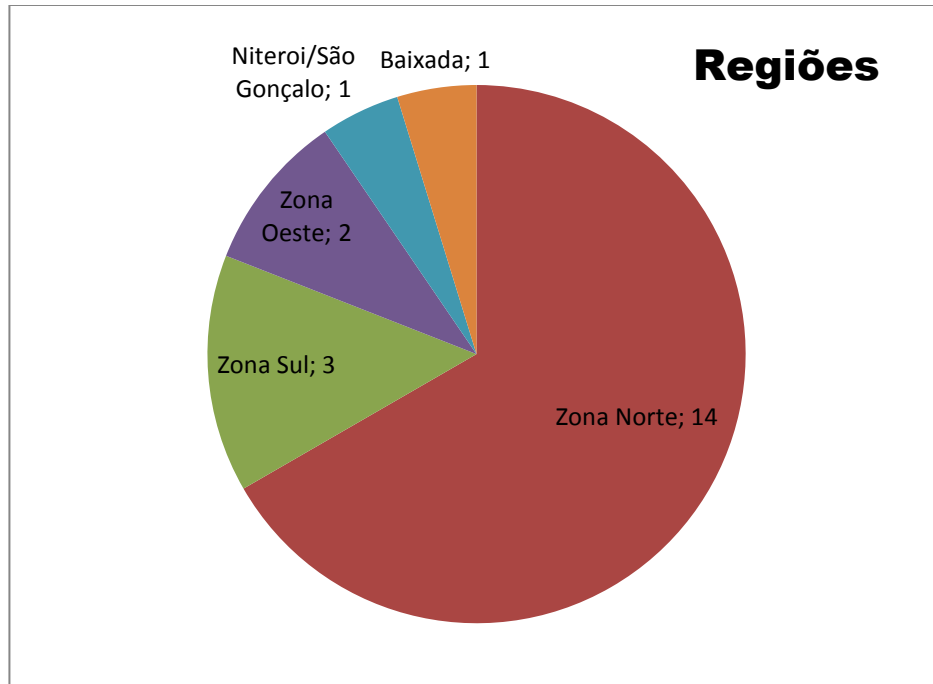
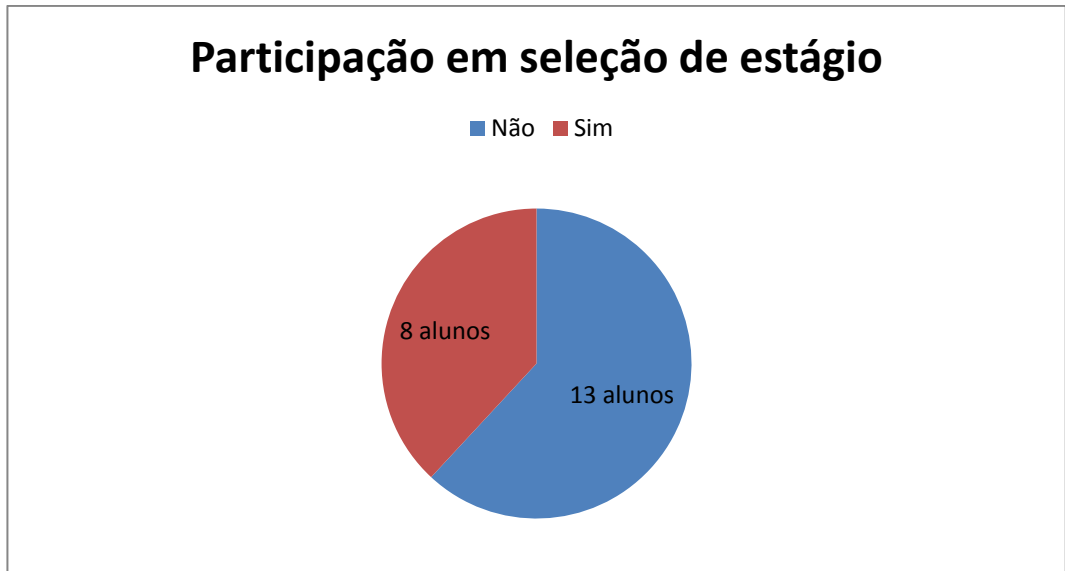


Tabela 3 – Regiões de moradia de alunos sem estágio da ESS/UFRJ

REGIÕES	
Zona Norte	14
Zona Sul	3
Zona Oeste	2
Niteroi/São Gonçalo	1
Baixada	1

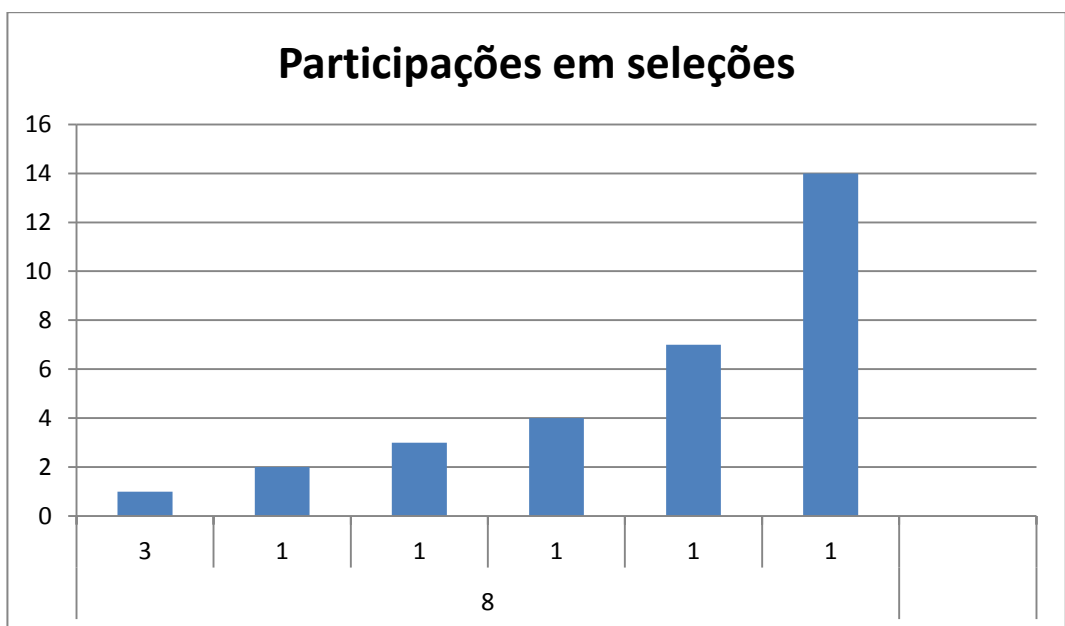
Dos 21 alunos que não estão inseridos em estágio obrigatório 14 são da Zona Norte, 3 são da Zona Sul, 2 são da Zona Oeste, 1 de Niterói e 1 da Baixada. No gráfico abaixo temos o quantitativo de alunos com e sem participação em seleções de estágio. Percebemos através do gráfico que 13 alunos não participaram de nenhuma seleção de estágio até o momento que foi finalizada a pesquisa. Muitos processos seletivos tem como exigência o CR e não há bolsas. Aprofundando a falta de interesse nas seleções ofertadas.

Gráfico 4 – Participação em seleção de estágio



No gráfico abaixo encontra-se discriminada a quantidade de participações em seleções feitas pelos alunos sem estágio.

Gráfico 5 – Quantidade de seleções estágio que alunos ESS/UFRJ participaram



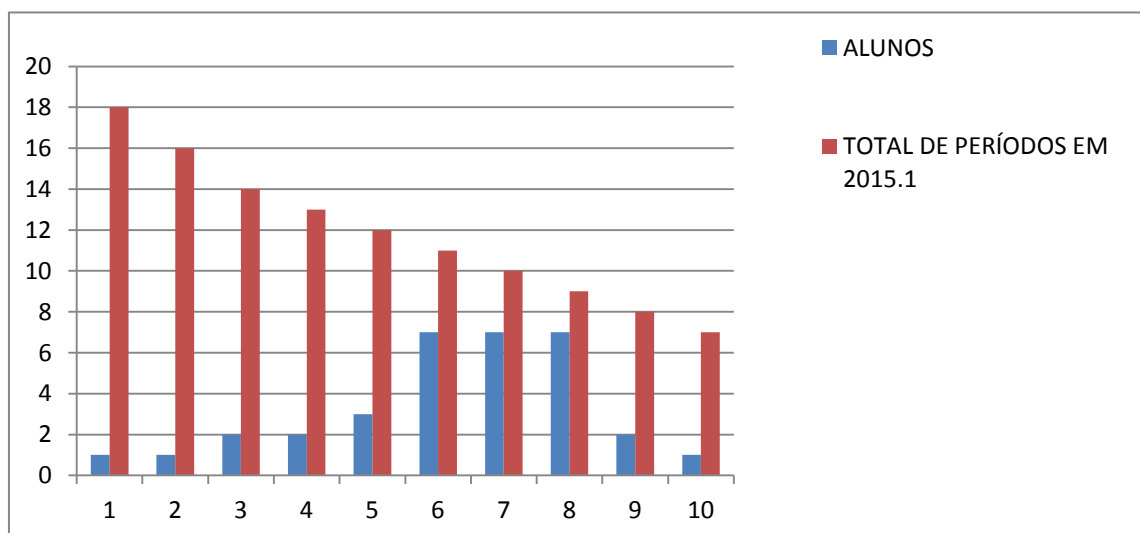
Os alunos em sua maioria não realizaram nenhuma seleção de estágio e os que participaram não obtiveram sucesso. Porém o que chamou a atenção foi que a maioria dos alunos participou de um elevado número de seleções, dentro do grupo dos alunos que se candidataram as seleções. Isso nos leva a questionar a qualificação e preparação destes alunos para enfrentar as entrevistas e provas das seleções de estágio.

A divulgação das vagas de estágio disponíveis para os alunos é divulgada no mural físico e virtual da Ess/UFRJ. Mas grande parte dos alunos, de acordo com a minha observação participante e anotações em diário de campo, não se cadastram no banco de dados da escola e perdem as oportunidades oferecidas.

A Coordenação de estágio e extensão com o intuito de cumprir com as normas da PNE realizou o levantamento do tempo de permanência dentro da universidade desde o seu período de ingresso, para dar prioridade aos alunos em situação mais crítica.

De acordo com a Política Nacional de Estágio:

“... que elenca as atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as Unidades de Formação Acadêmica possuir essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com



qualidade. Cabe a esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional.”

Gráfico 7 - Permanência na ESS/UFRJ por período de ingresso.

Tabela 7 – Permanência na ESS/UFRJ por período de ingresso.

PERÍODO DE INGRESSO	ALUNOS	TOTAL DE PERÍODOS EM 2015.1	TOTAL EM ANOS
2006/2	1	18	9
2007/2	1	16	8
2008/2	2	14	7
2009/1	2	13	6,5
2009/2	3	12	6
2010/1	7	11	5,5
2010/2	7	10	5
2011/1	7	9	4,5
2011/2	2	8	4
2012/1	1	7	3,5

O estágio por ser uma etapa fundamental da formação do estudante necessita de uma atenção maior não só da Escola de serviço social, mas da Universidade de uma forma geral. O aluno luta por um estágio supervisionado no tempo certo, para não ter que atrasar a sua formação por falta de estagio aos finais de semana. O aluno trabalhador sofre com a desigualdade de oportunidades, dentro de uma conjuntura em que a prioridade é a inserção no de trabalho, para garantir a sua sobrevivência. Diante de uma conjuntura em que os cidadãos estão perdendo todos os seus direitos, conquistas que vieram de anos de lutas dos trabalhadores.

Esta mesma imprensa, com poderosas redes mundiais controladas por estas forças conservadoras substitui a milenar sentença de Protágoras de que o ser humano é “a medida de todas as coisas” pelo ideário de que o mercado é, agora, o parâmetro de tudo. Divulgam, aos quatro cantos do mundo, um vocábulo cujo epílogo é a precarização da vida das maiorias e a perda de direitos: “Ajuste estrutural. Austeridade. Corte de gastos públicos. Superávit primário. Privatização. Abertura comercial. Eficiência. Produtividade. Garantia aos investidores. Enxugamento. Terceirização. Flexibilização de direitos. Demissões”(Le Monde Diplomatique, op. cit.) No campo educacional, esse decálogo se expressa com os vocábulos como qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para

a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo, etc. (FRIGOTTO, CIAVATTA, p.48, 2003)

No livro Curso de Serviço Social na UFRJ 70 anos de história, mostra a preocupação da Escola de Serviço Social na igualdade de acesso a todos os alunos.

Outro investimento relativo a graduação foi a criação do curso noturno como estratégia de democratização do acesso ao alunos trabalhadores e a responsabilidade da universidade publica na sua viabilização." Será que o pensamento de democratização do acesso está sendo levado em conta até hoje, será que estas ações se refletem no acesso ao estágio. O estágio não deve sofrer alterações em sua estrutura de cumprimento de horas e exigências para se submeter. (Ramos ,2007, p.63).

A educação superior sofre um impacto direto da educação básica, pois está diante de um Estado que a trata de forma minimalista para incentivar o investimento privado e conseqüentemente priorizar a formação profissional aligeirada e tecnicista, com o intuito de uma inserção acelerada no mercado de trabalho.

A política de educação atualmente só garante como dever do Estado, conforme a LDB/1996 no artigo 4º, inciso I "a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade", e exime o Estado do dever na educação superior.

Diante deste fator a educação superior de instituições públicas não é suficiente para inserção de todos os cidadãos. São utilizados processos meritocráticos, aumentando ainda mais a desigualdade no acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade. Processo este que beneficia aos estudantes que tiveram a oportunidade de ter um ensino de educação básica de qualidade.

O Governo vem adotando medidas para a inserção de estudantes em Universidades seja pública ou privada com os programas REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) nas universidades públicas e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) nas universidades particulares. Entretanto essas medidas não visam um ensino de qualidade e muitas vezes seu acesso é feito de forma precária.

O ensino precário desqualifica pontos de grande importância para a formação do estudante, como por exemplo, o estágio. O estágio muitas vezes se torna apenas uma pequena barreira, que possuem diversas formas bem flexíveis que podem ser ultrapassadas. Principalmente quando este estudante é um trabalhador e não tem tempo hábil para cumprir esta "tarefa".

O Serviço Social tem uma grande preocupação com a formação destes alunos e de uma forma mais específica, como o estágio está sendo tratado perante as Universidades. Uma das formas encontradas, pelos assistentes sociais, de combater a precarização foi à criação da Política Nacional de Estágio - PNE em 2010, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO CURRICULAR

O Centro de Cidadania da Praia Vermelha/UFRJ é um projeto de Extensão que é orientado pela Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ que tem como objetivo a democratização do conhecimento produzido na Universidade. Através de algumas ações como assessoria, cursos de extensão, oficinas, auxiliando na capacitação sociopolítica de alunos da graduação, supervisores de campo de estágio, lideranças dos movimentos sociais, alunos da rede de ensino público e assentados da reforma agrária no atendimento mais qualificado de toda a comunidade.

O estágio realizado na Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ foi muito importante para o meu processo de formação profissional, diante da compreensão deste espaço na dinâmica do Serviço Social na educação. Um dos espaços que contribuiu para o meu aprendizado foi o projeto do Centro de Cidadania, que conta como norteador, as lutas históricas dos trabalhadores por direitos.

A Coordenação de Estágio em 2018 implantou na Escola de Serviço Social a Política Local de Estágio. A Política é o resultado de debates diante aos desafios no processo de formação profissional e o papel político pedagógico do estágio. No início da elaboração desta política nós estagiários estávamos junto desta equipe e tivemos o privilégio de acompanhar de forma pontual auxiliando na sistematização e na elaboração dos colóquios, que foram uma das estratégias político pedagógica que contribuíram na síntese da política.

Diante dos desafios enfrentados pelos alunos trabalhadores na busca de estágio e na sua conclusão de curso que o projeto ético político deve ser tão presente da nossa formação profissional, com um papel transformador de superação na contradição dos ditames da ordem vigente.

(...) nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes

histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 11)

Diante das demandas de alunos trabalhadores, a Coordenação de Estágio em nome da Faculdade de Serviço Social, oportunizou a estes alunos que encontraram dificuldade no acesso a campos de estágio que oferecessem vagas aos finais de semana e/ou no horário noturno. E assim realizou uma seleção destinada aos alunos que já tinham passado do período “normal” de inserção em campo de estágio. Foram selecionados quatro estagiários, dentre eles todos trabalhadores que encontraram dificuldade para conseguir uma vaga diante da quase nula oferta de estágio no horário noturno e nos finais de semana.

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional, as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social. (KOIKE, p.14-15, 2009)

Diante de uma ação desta Coordenação em defesa de um projeto de formação profissional de qualidade, que a Universidade demonstra o seu compromisso, expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidades de aproximação ao real, para nele intervir e transformá-lo (ABESS/CEDEPSS, 1996 apud Koike, 2009)

O estágio na Coordenação de Estágio e Extensão foi um campo de descobertas, com o propósito de desvelar os objetivos e como seria o papel do assistente social neste campo. O estágio na Coordenação proporcionou uma nova visão da realidade da própria Escola de Serviço Social. E na importância deste campo na conquista de novos assistentes sociais como supervisores de campo.

Os usuários dos serviços prestados pelo Campo são estudantes e supervisores de campo que apresentam diferentes demandas e estas muitas vezes apresentadas diante das condições limitadoras da sociedade em que vivemos.

As expressões da questão social se apresentam como demandas na Coordenação e são decorrentes desta contradição do modo de produção capitalista, que impõe ao trabalhador dedicação exclusiva ao seu espaço de trabalho, sem proporcionar a este um crescimento intelectual, acadêmico.

De acordo com Yamamoto(2006), o serviço social está inserido na divisão sócio técnica do trabalho capitalista e em meio às contradições do modo de produção capitalista.

O intuito desta forma de imposição de horários inflexíveis e restritos se coloca para seguir com a reprodução deste modo de produção, pois estes trabalhadores precisam sustentar as suas necessidades básicas. Estas demandas são apresentadas através das dificuldades de inserção em campos de estágio pelos alunos da Escola de Serviço Social, principalmente encontrada nos alunos trabalhadores.

Mas, se, de um lado, essas estratégias e suas bandeiras sinalizam o fortalecimento da sociedade civil, de outro a ênfase na cidadania recai sobre o “cidadão produtivo” sujeito às exigências do mercado, onde o termo produtivo refere-se ao trabalhador mais capaz de gerar mais-valia. O que significa submeter-se às exigências do capital que vão no sentido da subordinação e não da participação para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. (FRIGOTTO, CIAVATTA, p.52-53, 2003)

Atualmente com poucas vagas de estágio nos horários noturnos e em fins de semana. Ainda contamos com supervisores de campo que se veem numa realidade de mercado de trabalho que não há tempo para a reflexão da realidade e se encontram trabalhando diante da imediatividade. Também não encontram autonomia profissional nas instituições até mesmo para abertura de vagas de estágio e nas seleções que são feitas de estagiários. Entretanto ter um estagiário faz o profissional refletir sobre a sua realidade.

Do ponto de vista de sua estrutura lógica e como proposta pedagógica, o projeto da formação profissional consolidado nas diretrizes curriculares apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional. (KOIKE, p. 16, 2009)

O Assistente Social nesta Instituição tem um papel central na luta pela garantia da qualidade na formação de cada estudante. Este profissional que investe na continuidade da formação e da aplicação de uma atribuição privativa da profissional também objetivando os princípios da instituição que é a garantia a todos os estudantes de uma formação de qualidade e gratuita. Está presente em um momento muito importante para o estudante, que é o período de estágio. Ele se faz presente no acompanhamento destes estudantes em dois anos da sua formação:

(...) Em qualquer dessas modalidades há a necessidade de preparação/qualificação de modo que a supervisão passa a ser a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e

valores do projeto ético-político profissional. Essa particular atividade realizada por assistentes sociais visa à formação dos quadros técnicos e intelectuais, cuja intervenção na realidade requer a compreensão do significado social da profissão e da sua inserção no contexto de relações e condições específicas dentro de conjunturas determinadas, apreendendo os fenômenos sociais como processos em constituição, cuja legalidade tendencial só se explica no contexto contraditório das relações sociais. (GUERRA, BRAGA, 2009)

O Serviço Social na Instituição teve avanços nas parcerias e no reconhecimento e na aproximação com os estudantes. Os desafios são muitos, mas um dos mais relevantes, que foram muito presentes durante meu estágio está relacionado à aproximação da Instituição com os Campos de estágio. Outro desafio muito importante é a comunicação com o estudante.

A minha inserção no campo de estágio Coordenação de Estágio e Extensão foi feita baseada nos horários disponíveis para a realização do estágio devido a minha dinâmica imposta pelo mercado de trabalho. Portanto sempre estive presente em atividades nos horários noturnos e aos sábados. Apesar de estagiar na Coordenação de Estágio e Extensão, não consegui acompanhar nenhuma atividade de extensão, devido aos horários destas atividades serem realizadas no diurno.

As atividades que estive nos dias de estágio; foram Fóruns de estágios, palestras, aulas conjuntas de OTP, participação no processo de criação de uma política de estágio para a Instituição, algumas visitas institucionais, levantamento de dados para realizar relatório do perfil de alunos em situação crítica quanto ao estágio, atuando no atendimento aos alunos durante o horário noturno, realizando pesquisas, pesquisa do perfil dos sujeitos envolvidos no estágio, acompanhamento e atualização dos alunos sem estágio, organização das aulas e oficinas dos cursos aos sábados e o Colóquio.

O colóquio já foi um projeto dos estagiários da Coordenação para atender uma demanda dos usuários. Muitas das atividades em que participei foram apresentadas como propostas a nós estagiários durante os dois anos de estágio. Estas atividades são propostas no início de cada período no plano de estágio junto com os supervisores de campo e acadêmico, conforme proposto no Política Nacional de Estágio que diz:

[...] plano de estágio, é um documento a ser elaborado pelo(a) estudante, em conjunto com os(as) seus(suas) supervisores(as) (acadêmico(a) e de campo), e deve conter os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-

operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo ensino aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos (supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a)).

O projeto que foi elaborado por mim e mais dois estagiários da Coordenação de estágio o Colóquio da Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ que foi para atender as demandas dos usuários do serviço social neste campo de estágio, estas demandas foram elencadas através do levantamento das sugestões apresentadas nas fichas de avaliações dos estagiários no final de cada semestre. Terá duração de um ano, sendo organizados dois colóquios a cada semestre, no auditório da Escola de Serviço Social e os temas específicos de cada sessão será retirada das avaliações do semestre anterior.

Este visa atender a necessidade de promover uma discussão sobre a conjuntura atual e dos desdobramentos sobre a realização do estágio, articulado com as demandas diretas dos supervisores de campo. Buscando assim atender uma das demandas mais apresentadas durante todo o estágio que foi a aproximação da Instituição com os campos de estágio, além de oportunizar os profissionais uma atualização sobre as condições em que o estágio deve ser realizado.

Esta atividade será realizada no horário noturno para atender a demanda dos alunos desse turno, principalmente trabalhadores, da escola de serviço social, já que estes em sua maioria, não possuem disponibilidade durante o período diurno para participarem de atividades. E esta atividade acaba por efetivar a integração dos sujeitos do estágio.

O processo de aprendizagem no período em que estive na Coordenação de estágio foi bastante produtivo, apesar dos problemas enfrentados diante de greves enfrentadas dentro deste período, com o conhecimento referente às Diretrizes Curriculares, Política Nacional de Estágio e regulamentação da supervisão direta de estágio, feitas através de estudos sugeridos, pois são as Políticas base para o nosso campo. Como também o conhecimento da situação dos alunos que estão com dificuldade para conseguir um estágio. A aproximação com este campo não foi uma tarefa muito fácil, um campo novo, diferente do que imaginava. No início o contato é feito de forma mais discreta de observação e aprendizagem. Momentos de estudo e leituras sobre a temática que envolve este campo. Com o tempo percebi a

importância do Serviço Social na Educação com um papel muito importante na garantia de uma formação de qualidade.

Ao decorrer deste período a dinâmica do estágio foi alterada e começamos a ser reconhecidos pela equipe como estudantes interessados e propositivos. Reconhecemos através da troca de experiência que o serviço social tem o seu lugar em qualquer espaço, pois é um profissional que lida com a questão social. Durante a graduação em cada período que o estudante avança há uma grande troca de experiências que enriquece o conhecimento individual para os desafios futuros.

Durante a formação havia muitas críticas dos alunos ao CEE, alegando falta de comunicação e falta de aproximação destes aos estudantes. Após a inserção no campo de estágio, tive contato com um cenário totalmente diferente, onde a burocracia e a falta de recursos limitavam o avanço no trabalho destes profissionais que enfrentam desafios diários na busca de formas mais rápidas de garantir que os estudantes se insiram em campos de estágio sem prejudicar o ensino.

A busca por campos de estágio e principalmente de campos que atendam os alunos trabalhadores, não é uma tarefa fácil. Por não depender apenas dos assistentes sociais da coordenação de estágio, mas precisa do apoio das Instituições e dos profissionais dispostos a receberem estagiários e enfrentam toda uma burocracia interna da própria Universidade. Diante do estágio e do tempo de aprendizado dentro do Campo que estive durante estes 2 anos de experiência, compreendi os motivos que devemos conhecer a Instituição e identificar os desafios que os levam a não atender as nossas demandas.

A realização do projeto foi um momento inovador para os estagiários, saímos um pouco do nosso lugar comum para termos uma visão amplificada da instituição. O colóquio que fez parte das atividades a serem desenvolvidas a cada semestre foi essencial na tentativa de deixarmos de uma forma concreta nossa intervenção neste campo, para os sujeitos envolvidos na atividade de estágio da ESS/UFRJ, e sairemos do campo do estágio com a satisfação em termos contribuído, deixando um projeto permanente.

Além de tudo o que aprendemos e acumulamos na experiência do estágio, é muito importante saber que deixaremos uma contribuição, que viabilizará maiores discussões e esclarecimentos tanto para profissionais, quanto para os estudantes e professores da Escola de Serviço Social. Diante de toda a dinâmica da Instituição e

diante do meu perfil percebi que o profissional para dar respostas as demandas precisam se manter presente na dinâmica não só institucional como da formação. Manter a formação em progressão, como em qualquer profissão. Um profissional tem que zelar sempre pelo seu usuário e as comunidades envolvidas, tem que se fazer presente, tem que acompanhar e se permitir a ouvir.

O Serviço Social neste campo precisa garantir ao estudante trabalhador acesso ao estágio igual a todos os alunos. Sabemos que a Universidade publica não consegue atender ao aluno trabalhador, contraditório ou não é uma realidade presente em nossa sociedade.

Uma sociedade capitalista que visa o avanço do ensino muitas vezes com condições precárias visando o avanço e fortalecimento do capital privado e prevalecendo sob a qualidade e a dedicação a uma formação de direito. Segundo Koike (2009) nesse quadro de ofensividade, o ataque “em ato” ocorre com a mercantilização da educação superior, empresarialmente da universidade pública, proliferação de cursos presenciais privados, graduação virtual, massificação como democratização do acesso, entre outras práticas.

O Serviço Social precisa recorrer em parceria com a direção e a Coordenação da Graduação junto as instâncias superiores da Universidade para que se efetive ao estudante da graduação do serviço social a garantia de ter uma formação de qualidade e que não se configure contra a suas limitações pessoais com uma graduação tardia.

A minha inserção no Centro de Cidadania trouxe uma transformação no meu processo de aprendizagem ao ter contato com um projeto destinado à educação onde privilegia os profissionais em campo e que dedicados totalmente à prática e imersos a rotinas repetitivas e cansativas e se distanciam do olhar critico que a formação no Serviço Social tanto nos exige e nos permiti transformar a realidade em muitos atendimentos.

Como uma aluna trabalhadora me percebi naquela realidade como parte daquele processo de percepção necessário para incentivar uma dedicação maior a toda aquela oportunidade que estava conquistando com a experiência em um campo de geração de conhecimento, crescimento e descobertas.

3.1 Política Nacional de Estágio - ABEPSS

A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é criada e entendida, “como fundamental para balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social” (ABEPSS, 2010, p.1)

Com o intuito de defender o projeto profissional esta política foi elaborada coletivamente direcionada na ampliação dos direitos, conforme (ABEPSS, 2010, P.1) “a urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um 2 projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana.”

Diante de diversos fatores houve a necessidade da defesa de estágio de qualidade, como a ampliação do EAD, descumprimento das Diretrizes curriculares como “não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade.” (ABEPSS, 2010, P.3).

A Política traz como referência, Ramos (2007), analisando dificuldades apontadas pelas UFAs investigadas em relação ao estágio em Serviço Social, dentre as quais destaca o seguinte aspecto: a utilização do(a) estagiário(a) como força de trabalho barata, bem como a não existência de acompanhamento didático-pedagógico no processo do estágio supervisionado curricular não obrigatório. (ABEPSS, 2010, P.6)

De acordo com (ABEPSS, 2010, P.8) a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social.

A Política traz como referência a importância interventiva que o estágio traz para a profissão, conforme:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p.11)

Um dos princípios norteadores do estágio são: à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; à articulação entre Formação e Exercício Profissional; a indissociabilidade entre estágio e

supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Serviço Social apresenta o estágio supervisionado como um momento de “desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital.” (ABEPSS, 2010, p. 14)

Este processo que envolve as UFAs com o intuito de articular:

(...) às coordenações de curso ou departamentos, impulsionando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. (ABEPSS, 2010, p.14-15)

A política destaca a importância deste processo político-pedagógico, dada as questões conjunturais que dificultam a formação profissional, tais como: “a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino, pela deficiência de recursos materiais, físicos e humanos, a bolsa-estágio que não condiz com a realidade de estudantes-trabalhadores.” (ABEPSS, 2010, p.15)

Com um importante vínculo do estágio supervisionado projeto político profissional, a política traz a referência:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71)

Diante do estágio supervisionado temos a supervisão direta, conforme prevê o art. 4º, §1º, da Resolução nº533/CFESS, a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios.

Diante disso a supervisão acadêmica tem a finalidade social da profissão, em conhecer e refletir com os(as) estagiários(as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das

respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão.

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do(a) professor(a)-supervisor(a) no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais da(o) estudante pelo(a) assistente social, nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo processo de supervisão. (ABEPSS, 2010, p.19)

Diante das seguintes legislações: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008, temos as atribuições:

Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. E ao(à) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010. p.19-20)

A PNE da ABEPSS destaca como pontos essenciais dos supervisores acadêmicos:

- Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em

pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;

- Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;
- Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

As atribuições que se destaca do supervisor de campo são:

- Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
- Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;
- Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

As principais atribuições do estagiário(a):

- Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;

- Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;

As principais atribuições da Coordenação de Estágio:

- Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- Criar e acompanhar a Comissão de Estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do Estágio na UFA), caso esteja prevista no projeto da UFA, o que esta política sugere, formada por representantes de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as);
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela UFA, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
- Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá

O ensino-aprendizagem é um processo muito importante que tem como referência principal para a realidade dele o estágio supervisionado, este que tem como função:

(...) a articulação dos conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional; a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do(a) assistente social nestes espaços socioinstitucionais; a construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção, a elaboração de relatório técnico-científico da experiência de estágio. Para materializar tais diretrizes, indica-se que as UFAs elaborem suas respectivas Políticas de Estágio, coerentes com toda normatização e legislação em vigor, Lei Federal 11.788/2008, Resolução CFESS 533/2008, Diretrizes Curriculares (1996) e a PNE (2010). (ABEPSS, 2010, p.26-27)

A política de estágio deve divulgada e fazer parte do projeto pedagógico das Universidades e o estágio curricular deve ser obrigatório no intuito assim de fortalecer as diretrizes do Serviço Social. Diante disso:

Esta lógica deve permear o conteúdo das disciplinas que devem ser ofertadas, anteriormente à realização do estágio supervisionado curricular – quer obrigatório ou não obrigatório. Assim, somente tendo cumprido as disciplinas de fundamentos histórico teórico metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio. A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas¹⁵ (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 200717 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC. (ABEPSS, 2010,p. 29)

De acordo com as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme lei do estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica.

Nos casos de aluno trabalhador é definido, o cumprimento nas mesmas exigências de qualificação e de acompanhamento, as Universidades que devem organizar dentro das suas estratégias para garantir esse processo, tais como a oferta da disciplina em horário especial.

Dentro disso deve existir uma carga horária diferenciada na disciplina estágio supervisionada, que garanta aos docentes, as condições para as tarefas extraclasse

que a mesma exige. Pois é importante para a qualidade do processo Vale ressaltar a demanda exigida, atualmente, pela qualidade no processo.

A instituição que faça parte do processo deve assegurar também as condições para que o profissional tenha condições para exercer o papel de supervisor de campo como: horário de supervisão do estudante incluída no horário de trabalho do supervisor; incentivo ao contato com o supervisor acadêmico; incentivo à aproximação e conseqüente, participação nos eventos das UFAs; disponibilidade do assistente social para construção do projeto de trabalho e a sua participação no fórum de supervisores.

O plano de estágio, segundo a PNE é um documento a ser elaborado pelo (a) estudante, em conjunto com os (as) seus(suas) supervisores(as) (acadêmico(a) e de campo), e deve conter os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo ensino aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos (supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a)).

A PNE se preocupa com a problemática de precarização do trabalho através da deformação do ensino superior destruindo um logica de uma formação profissional de qualidade. O impacto que esse processo pode trazer pode não ser imediato, mas se apresentara gradativamente com o retrocesso e desvalorização da profissão e das políticas e prejudicar o atendimento destinado o usuário com a qualidade que se espera.

Para que os objetivos de enfrentar e deter estas situações as Universidades devem garantir que a articulação entre a Instituição e as Universidades sejam sempre de aproximação entre os sujeitos envolvidos no processo de estágio na garantia de articulação dos mesmos pra a efetivação de um projeto final da Política de estágio.

Esta política então deve ser fortalecida com a concretização de atividades contínuas dentro da Universidade na garantia de capacitação de supervisores de campo, como fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários Integrados com demais disciplinas e com temas transversais que perpassam diferentes campos

e temáticas, seminários e atividades preparatórias para estudantes que antecedam a inserção nos campos de estágio, o fluxo permanente com as demais atividades do curso e da Universidade/ Faculdade por meio do ensino, pesquisa e extensão da Unidade, bem como o fortalecimento dos vínculos do curso com os CRESS, dentre outras ações pertinentes às diferentes realidades.

A PNE indica uma criação do Fórum de Supervisores, já que as questões do estágio têm suscitado um amplo debate em todo o país envolvendo os sujeitos envolvidos:

Este mecanismo de articulação tem se constituído como uma das estratégias utilizadas pelas diversas unidades de ensino, também foi enfatizado após a deliberação do eixo de formação profissional do conjunto CFESS/CRESS no ano de 2009. A incorporação dessa estratégia na PNE vem com o intuito de aglutinar docentes e profissionais e estudantes em torno das questões do estágio, como uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social. (ABEPSS, 2010, p.35).

3.2 – Política Local de Estágio

A política apresentou a regulamentação exigida ao estágio em Serviço Social que se encontra na Lei Federal nº. 11.788/ 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em território nacional, regulamentada na UFRJ, pela Resolução CEG n.12/2008. A política se baseou nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS/1996, na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, no Código de Ética Profissional; nas Resoluções nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, bem como na resolução nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social.

Esta política tem o intuito de formar um perfil profissional assumido pela ESS/UFRJ, diante disso garantindo uma permanência do aluno com uma estrutura curricular um patamar teórico fundamental e experiências interventivas – seja no nível da iniciação científica no campo da pesquisa, seja no nível do exercício prático-profissional. Assim, a formação implica, compulsoriamente, a articulação entre atividades de análise teórico-metodológica, de pesquisa e de preparação para o fazer profissional.

O estágio tem função fundamental na formação profissional com o seu caráter destinado na apreensão crítico-reflexiva da realidade em uma perspectiva de

totalidade com um processo político-pedagógico de aprendizagem que implica na necessidade de viabilizar estratégias para a articulação das dimensões teórico-metodológica e ético-política, que proporciona ao aluno, a experiência da teoria na prática. Esta estreita relação entre a dimensão estrutural e conjuntural que perpassam a realidade, as demandas e respostas profissionais em seus espaços sócio ocupacionais, o processo de organização política e social dos sujeitos sociais que se configuram na população usuária dos serviços, as dimensões que envolvem a necessária e totalizante síntese histórico-crítica do real.

A política traz a definição da Lei 11.788/2008, o Estágio obrigatório refere-se aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. E o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida a carga horária regular e obrigatória, ambos de natureza curricular. Diante disso a Coordenação de Estágio e Extensão define o estágio obrigatório como uma atividade formativa que se desenvolve no interior de uma instituição, supervisionado por um profissional de serviço social e acompanhado por um docente através da disciplina de OTP (Orientação e Treinamento Profissional). E tem como requisito o cumprimento de uma carga horária de 120h semestrais. Já o estágio não obrigatório na CEE/ESS é definido como uma atividade opcional.

Diante disso o estágio em Serviço Social prevê carga horária mínima regulamentada (que é obrigatoriamente de no mínimo entre 15 a 20% do total do currículo mínimo (120 horas) e deve ser garantida a concomitância entre a supervisão acadêmica e de campo, conforme a PNE: de campo (em instituição em que haja assistente social para a tarefa) e acadêmica (na unidade de ensino, também exercida por profissional assistente social).

De acordo com a Política Local de Estágio o Convênio de Concessão de Estágio é definido:

(...) um contrato que estabelece relação entre a Concedente de oportunidade de Estágio e a UFRJ, que é a Instituição de Ensino ao qual o Aluno mantém vínculo. Neste documento estão definidos as obrigações e os deveres das partes. O Convênio é assinado entre as instituições e a UFRJ, portanto, não é um convênio direto com a Escola de Serviço Social, mas esta por sua vez avalia a viabilidade do convênio de acordo com suas normas de estágio curricular. O processo de acompanhamento e avaliação dos campos de estágio poderá ser realizado via VISITAS INSTITUCIONAIS E PEDAGÓGICAS realizadas pelos assistentes sociais que integram a CEE e docentes que se constituem como supervisores acadêmicos. (PLE/ESS, 2018, p.11)

Diante do objetivo em garantir que os processos político-pedagógicos estejam em consonância com as diretrizes curriculares, a PNE e o projeto pedagógico do curso da ESS faz-se fundamental que seja estabelecida uma estreita articulação entre as comissões acadêmicas que compõem a direção de graduação.

De acordo com a política o aluno é orientado a permanecer no mesmo campo de estágio pelo tempo mínimo de dois períodos letivos. Se quiser mudar de campo de estágio nesses períodos citados (1º ou 2º) deverá solicitar o formulário de Solicitação de mudança de Estágio na CEE, onde deverá constar o parecer do Supervisor de Campo, Supervisor Acadêmico e o parecer da CEE que poderá não autorizar o pedido de mudança de estágio.

Outro processo que ganha atenção na política é a supervisão de estágio em Serviço Social que trata-se de um processo político-pedagógico previsto nas diretrizes curriculares, na Política Nacional de Estágio e nas resoluções específicas do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS. Parte-se do pressuposto de que a supervisão de estágio deve primar pela perspectiva da totalidade dos processos sociais. É somente a partir de uma perspectiva de totalidade na apreensão das relações sociais que é possível compreender as novas demandas do Serviço Social e os novos desafios na formação profissional. Inclusive, é a partir dessa perspectiva que é presumível identificar quais as competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas necessárias ao exercício da profissão.

A ESS-UFRJ organizou as OTP's por nível de estágio com o intuito de impulsionar o ensino e o acompanhamento do estágio de forma a atender didaticamente como prevê o projeto pedagógico, distribuídas em 04 semestres, do nível I ao IV. Tentando garantir a disponibilidade de professores e oferta dos campos de estágio, a organização por área temática. Destaca-se que todas/os as/os professoras/es assistentes sociais, regularmente inscritos no CRESS, constituem-se em possíveis supervisores acadêmicos de estágio.

Esta política explica que a organização da supervisão de estágio, deve ser realizada através de estratégias de ensino-aprendizagem no processo de formação profissional, dá-se no âmbito do estágio considerando:

- A normativa contida nas diretrizes curriculares construídas coletivamente pela categoria via ABEPSS, CFESS e ENESSO;

- As mudanças empreendidas no Ensino Superior, em tempos de neoliberalismo, que deflagraram um processo de aligeiramento da formação profissional pela precarização das condições de trabalho docente, dos supervisores de campo e acadêmico, e exigiram das entidades – conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO – um conjunto de esforços coletivos para instituir normativas, via resoluções (533, PNE), que resguardassem as balizas do projeto ético-político profissional.

E deve assim ofertar aos sujeitos envolvidos no estágio, discussões coletivas entre docentes, discentes e supervisores de campos sobre temas que possam aparecer como demandas da prática profissional. Ampliando essa articulação entre as três instancias e fortalecendo ética e politicamente o exercício profissional. Articulando assim, de acordo com a Política Local de Estágio:

- Condições para oferta de OTP/Estágio supervisionado de verão: a política de estágio e as normativas institucionais da universidade permitem a abertura de disciplinas de verão (janeiro/fevereiro), essa é uma estratégia para contribuir aos processos de retenção de alunos que se encontram com necessidades de realizar estágio em períodos de férias, bem como necessitam dirimir questões referentes à integralização no curso.
- Documentação de estágio: plano de estágio, relatórios e processos de sistematização (considerando os níveis de estágio, as ementas de OTP e Estágio Supervisionado), fichas de avaliação e registro de carga horária (realizadas pelo supervisor de campo e cumprimento comprovado da carga horária).
- Plano de estágio: esse instrumento é obrigatório e deve ser construído a cada nível de estágio.
- Diário de campo: sugere-se que esse instrumento possibilite ao discente o registro crítico-reflexivo das informações sobre o cotidiano do estágio, mediante as impressões do estagiário em relação ao processo de ensino-aprendizagem vivenciado.
- Relatórios das atividades/relatórios sistematizadores: este instrumento refere-se à sistematização teórico-crítica das atividades desenvolvidas no campo de estágio, deve zelar pela postura ético-política.

- Projeto de pesquisa: constitui-se em um importante instrumento que subsidia o processo de conhecimento da realidade avaliada pelo discente, tendo como premissa conhecer o perfil sócio-econômico, político e cultural das/os usuárias/os dos serviços prestados pela instituição campo de estágio, das demandas, requisições institucionais e estratégias construídas pelos assistentes sociais para as respostas profissionais. Processo realizado mediante orientação e articulação entre elementos teóricos, metodológicos e éticos.
- Projeto de intervenção: constitui-se no instrumento necessário para a construção de proposições, conforme análise da realidade social e das contradições e potencialidades nela existentes, a partir do processo construído no âmbito da supervisão acadêmica e de campo e da articulação com os conteúdos integradores das disciplinas teórico-práticas.
- Reuniões e visitas pedagógicas: avaliação e acompanhamento: As reuniões têm o objetivo de discutir e avaliar as possibilidades de abertura ou manutenção do Campo de Estágio, acompanhamento e definição de estratégias político-pedagógicas aos processos de supervisão de estágio, bem como debates sobre as demandas dos supervisores.
- As oficinas e colóquios referem-se a ações que são definidas a partir das demandas oriundas dos levantamentos realizados nas fichas de avaliação preenchidas pelas/os assistentes sociais supervisores de campo, objetivam debater elementos que subsidiam a prática profissional e os processos de formação continuada.
- Programa de assessoria: Configura-se em proposta de extensão desenvolvida pela CEE, sob a coordenação de assistentes sociais da própria equipe com a contribuição direta de docentes da ESS-UFRJ (supervisores acadêmicos) que implica em um conjunto de estratégias de acompanhamento político-pedagógico dos campos de estágio.
- Curso de Supervisores: Refere-se também a uma ação extensionista que visa atender à demanda por atualização profissional de supervisores de campo de estágio, a programação do curso envolve temáticas como: Atribuições e competências profissionais; os processos de trabalho da/do assistente social; a política de estágio e o processo de supervisão; os elementos constitutivos

do planejamento e projetos de intervenção profissional; a questão social e o projeto ético-político, dentre outras dimensões definidas e coordenadas no âmbito da CEE, conta com a contribuição dos docentes da ESS-UFRJ.

- Fórum Local de estágio: A proposta do fórum local de estágio é uma tentativa de construir coletivamente, com os sujeitos envolvidos nas atividades de estágio supervisionado, estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares, sobretudo no que se refere à Política Nacional de Estágio da ABEPSS, trata-se de um esforço coletivo de discussão e sínteses das particularidades do estágio supervisionado dessa unidade de formação acadêmica, em apontar desafios, limites, equívocos, acertos, potencialidades e sugestões para que possamos consolidar PNE e fortalecer o processo de formação profissional.

Diante de todo esse processo a Direção da Escola de Serviço Social deve, de acordo com esta Política Local de estágio:

- Responder, sempre que possível às demandas apontadas pela coordenação de estágio e extensão e apreciadas nas instâncias decisórias da unidade;
- Acompanhar a implementação da referida política, sobretudo no que diz respeito as relações entre a Coordenação de Estágio e Extensão e demais instâncias decisórias; e
- Encaminhar questões relativas ao estágio que ultrapassem as competências e atribuições da Coordenação de estágio e Extensão descritas nesta política.

Da Direção de graduação/departamentos, de acordo com esta política:

- Encaminhar docentes para supervisão acadêmica, por meio da disciplina de OTP em número suficiente para atender a demanda por estágio apresentada pela CEE e em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Lei Nacional de Estágio, a PNE e as resoluções 497 e 533/2008 do CFESS; e
- Organizar, em conjunto com a Coordenação de Estágio, a oferta de disciplinas de Estágio Supervisionado e OTP, bem como a organização das turmas em conformidade com o período de matrícula dos discentes.

Do Conselho Departamental de acordo com esta Política:

- Realizar planejamento das disciplinas de OTP em conformidade com a demanda por turmas e professores apresentada pela coordenação de estágio; e
- Garantir a previsão, na distribuição da carga horária dos docentes, da carga horária para a disciplina de Estágio Supervisionado, considerando as atividades de supervisão e visitas desenvolvidas no processo de supervisão de estágio.

A comissão de estágio tem como atribuições, de acordo com esta política:

- Discutir casos omissos nesta política;
- Encaminhar, em conjunto com equipe da coordenação de estágio e extensão a realização dos Fóruns Locais de Supervisão de estágio;
- Discutir questões referentes ao aprimoramento e execução da política de estágio da ESS;
- Atuar como instancia recursal no caso de demandas não atendidas por quaisquer sujeitos do estágio;
- Planejar Colóquios e demais espaços de formação continuada relacionados a questão do estágio;

Já a Coordenação de Estágio tem como atribuições de acordo com esta política:

- Organizar a pré-matrícula das/os discentes em OTP e Estágio Supervisionado em conformidade com Lei Nacional de Estágio, as Diretrizes Curriculares para a formação profissional/1996 e o projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social da ESS-UFRJ, garantindo uma distribuição do número de turmas e alunos próxima ao definido pela legislação.
- Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização da política de estágio, condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;

- Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
- Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela Coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
- Realizar reuniões periódicas com docentes supervisores acadêmicos tendo em vista um acompanhamento dos processos político-pedagógicos do estágio e a avaliação sistemática;
- Receber, a partir de processos seletivos, discentes para realizar estágio na CEE, respeitando-se as resoluções e dimensões jurídico-normativas do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS; e
- Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008.

O supervisor de campo tem as seguintes atribuições, de acordo com esta política:

- Coordenar o processo de seleção das/os estagiárias/os e realizar a seleção, quando possível, em conjunto com a CEE;
- Introduzir o aluno no campo, facilitando-lhe o conhecimento da estrutura e funcionamento do mesmo e nos programas de Serviço Social;
- Delimitar os horários e as funções do aluno no processo de construção do plano de estágio. É importante que ele saiba exatamente quando e quais as atividades irá desempenhar;
- Supervisionar (acompanhar e avaliar) o trabalho do aluno no campo de estágio;
- Encaminhar por intermédio do aluno, no final de cada semestre, a Avaliação de Desempenho do mesmo em Estágio;
- Ler e assinar a documentação que o aluno entrega na ESS referente ao campo de estágio. Isso é uma segurança para a própria instituição;
- Comunicar a CEE o número de vagas por semestre;
- Disponibilizar ao (a) estagiário (a) a documentação institucional referente ao campo de estágio;

- Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio; e
- Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário. Atestando o número de horas realizado pelo estagiário.

O Supervisor Acadêmico tem como principais atribuições de acordo com esta política:

- Compete ao supervisor acadêmico orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado;
- Orientar os (as) estagiários (as) na elaboração do Plano de Estágio; e
- Receber, ler, manter sigilo e observar as sínteses profissionais construídas pelos (as) estagiários (as).

Dos Estagiários:

- Construção coletiva do plano de estágio, conforme artigo 4 da resolução 533: aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo;
- Ser um sujeito investigativo e interventivo, construindo conhecimento que solidifiquem a qualidade de sua formação, identificando às relações de forças, os sujeitos, as contradições da realidade social na ação profissional;
- Assumir-se como sujeito do processo de ensino-aprendizagem teórico-prático oportunizado pelo estágio;
- Cumprir, no mínimo, o número de horas estabelecido curricularmente;
- Executar com responsabilidade todas as atividades práticas que lhe forem atribuídas dentro do âmbito de ação do Serviço Social;
- Manter sigilo profissional em relação aos usuários e informações relativas à organização campo de estágio;
- Participar do processo de avaliação de seu desempenho no estágio, consciente de que isso contribui para a qualidade de sua formação;
- Comunicar com antecedência aos supervisores (campo e acadêmico) casos de mudança de campo de estágio;
- Informar qualquer atitude individual que infrinja os princípios da profissão; e
- Informar ao professor de OTP os impasses ocorridos no campo de estágio

De acordo com esta Política Local de Estágio:

A extensão universitária constitui-se, historicamente, em um dos espaços privilegiados para garantir uma formação profissional que se conecte com as demandas sociais, com potencialidade para o desenvolvimento do senso crítico e propositivo, tendo por concepção de universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, em que as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão tenham a mesma importância e se vinculem organicamente. (PLE/ESS, 2018, p.30-31)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade pública e gratuita não foi idealizada para um aluno que possui uma jornada dupla, onde precisa atender as suas necessidades básicas através do mercado de trabalho, mas que ao mesmo tempo para manter-se nela, é necessário buscar o conhecimento contínuo para atender as exigências deste mercado. E este é o grande dilema a ser enfrentado e superado, com o neoliberalismo o processo de precarização se acirra. A saída para este dilema encontrado pelo aluno trabalhador não pode ser a precarização, diminuindo o tempo de curso ou de estágio.

A Universidade pública tem feito a sua parte na garantia do acesso de qualidade procurando atender o aluno trabalhador como na criação do curso noturno. Os trabalhadores em contra partida, como qualquer outro cidadão, deve reivindicar pelos seus direitos que incluam o aperfeiçoamento exigido pelo mercado de trabalho.

O trabalhador tem direitos garantidos em lei sobre aperfeiçoamento profissional que podem ser concedidos pelo empregador, porém muitas vezes não são utilizados, por falta de conhecimento ou até mesmo por medo na exigência do seu direito, em ser punido, prejudicado ou até mesmo demitido. De acordo com o Art. 476-A da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho):

O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação.

A qualidade no ensino deve ser priorizada, para que em campo encontremos profissionais empenhados com a melhor versão do seu trabalho, com maior dedicação no cumprimento do seu dever perante a sociedade. Consciente dos seus deveres e direitos o trabalhador deve sempre lutar pelo seu contínuo aperfeiçoamento, como temos em alguns setores profissionais conquistas de benefícios educacionais que muitas vezes não estão garantidos na CLT, mas são oferecidos como o caso do sindicato dos bancários que em Convenção coletiva Cláusula 22:

O empregado estudante terá abonada sua falta ao serviço e considerada como dia de trabalho efetivo, para todos os efeitos legais, nas seguintes condições: a) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior (Lei nº 9471, de 14.07.97 - D.O.U. 15.07.97). A comprovação se fará mediante a apresentação da respectiva inscrição e do calendário dos referidos exames, publicados pela imprensa ou fornecidos pela própria escola. b) nos dias de prova escolar obrigatória, mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, desde que comprovada sua realização em dia e hora incompatíveis com a presença do empregado ao serviço. A comprovação da prova escolar obrigatória deverá ser efetuada por meio de declaração escrita do estabelecimento de ensino.

Há também dentro do ramo financeiro outro benefício como o Programa Bolsa Auxílio Educação fornecido pelo Banco Itaú aos seus empregados para primeira e segunda graduação e primeira pós-graduação:

Serão 5,5 mil bolsas de estudo, que irão passar de R\$ 410 para R\$450, um reajuste de aproximadamente 10%, na comparação com o valor do ano passado. Para 2022, o reajuste do programa será o mesmo da categoria para os salários, ou seja, a reposição do INPC, mais 0,5%. A estimativa é que o valor seja de aproximadamente R\$ 480.

O estágio supervisionado é obrigatório no currículo do Serviço Social da UFRJ, a Instituição de ensino diante desta exigência tem deveres perante aos seus alunos. E como prevê o Projeto de Lei n. 5695/2013 aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que está aguardando a Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, dispõe sobre a obrigação das Instituições de ensino superior pública e privada a garantir uma vaga de estágio se no currículo exigir o estágio supervisionado.

A Escola de Serviço Social da UFRJ buscando garantir a qualidade na formação profissional dos seus alunos e cumprindo com as exigências dos seus deveres como instituição de ensino, conquistou o curso noturno e como sempre vem dando suporte aos alunos trabalhadores na garantia do acesso ao estágio sem prejudicar a qualidade da sua formação. Uma das formas encontradas foi uma pesquisa criada pela CEE/UFRJ com o levantamento de dados de alunos sem estágio, com objetivo de entender as dificuldades enfrentadas por estes alunos e supera-los, criando uma rede de apoio, através de maiores informações com criação de cartilhas, colóquios para os envolvidos no estágio, buscando opções para a inserção destes alunos no campo de estágio.

Portanto a luta pela qualidade e pelo ensino continuo não devem ser apenas exigidas da instituição de ensino também deve ser uma luta permanente tanto do cidadão em geral, mas principalmente do trabalhador que precisa se empenhar a dar qualidade em diferentes funções no seu dia, desdobrando em trabalho, estudo e estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Daniela. **Estadão**. Taxa de desemprego fica em 11,8% e Brasil tem 12,5 milhões de desocupados, aponta IBGE. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/economia.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-fica-em-11-8-e-brasil-tem-12-5-milhoes-de-desocupados-aponta-ibge,70003070987.amp>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Inês. **Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ**. In: 70 anos de História do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CLT. **JusBrasil**. Artigo 476 do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10710676/artigo-476-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 17 de out 2021.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009. Disponível em: http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2016.

DEDECCA e col. (2006). **Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Abep, realizado em Caxambu – MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Escola de Serviço Social UFRJ. Política de Estágio. Disponível em: <http://ess.ufrj.br/index.php/politica-de-estagio>. Acesso em: 24 de ago 2021.

FENABAN. **Convenção Coletiva de Trabalho**. Disponível em: https://spbancarios.com.br/sites/default/files/cct/arquivo/minuta_cct.pdf. Acesso em: 18 out 2021.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez & Editores Associados, 1989

FORTI; GUERRA. **Na prática a teoria é outra?** In: Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GUERRA, Y; BRAGA, M.E. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

ILHEU, Thais. **Guia do Estudante**. Governo prevê mais cortes para o MEC 2020 disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/governo-preve-mais-cortes-para-o-mec-em-2020/>. Acesso em: 08 fev. 2020.

KOIKE, Marieta. **Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LEHER, Roberto. **Programa universidade para todos: democratizar ou mercantilizar?**. Revista Controvérsia, 7 de agosto de 2013. Disponível em: <https://aluiziomoreira.blogspot.com/2013/08/programa-universidade-para-todos.html>.

Acesso em: 4 out 2021

Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_009_LOU-IFES.pdf.

Acesso em: 8 fev 2020

LIMA, Gustavo. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/464361-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-OBRIGA-UNIVERSIDADE-A-GARANTIR-VAGA-DE-ESTAGIO.html>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

MANDETTA, Luiz. **Portal da Câmara dos Deputados**. PL 5695/2013 Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=579187>.

Acesso em: 10 Jul. 2017.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, Iris. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. A educação é um dos serviços mais lucrativos, afirma Gaudêncio Frigotto. Entrevista a pag do mst.

Disponível em: <https://mst.org.br/2015/09/15/a-educacao-e-um-dos-servicos-mais-lucrativos-afirma-gaudencio-frigotto/>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 8 fev 2020.

Sindicato dos Bancários. Sindicato conquista reajuste no Programa Bolsa Auxílio Educação do Itaú. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/01/2021/sindicato-conquista-reajuste-no-programa-bolsa-auxilio-educacao-do-itaui>. Acesso em: 18 out 2021.

SIQUEIRA, Luana. **Supervisão acadêmica:** particularidades e desafios da formação profissional. In: ACOSTA, Luis Eduardo A. SILVA, Ma. Angélica Pereira. Trabalho Social. Estudos sobre prática e exercício profissional dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social.** CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009

UFRJ, PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, **Conselho de Ensino de Graduação, Resolução CEG nº.12/2008.** Disponível em www.iq.ufrj.br/arquivos/2014/05/Resolucao-CEG-Nº-12_2008.pdf. Acesso em: 8 fev 2020.